



ENTREVISTA

A austeridade na gestão do setor público deverá permitir que o Estado realize investimentos e execute política inovadora "em áreas e serviços essenciais", afirma o governador José Eliton, que assume o governo em substituição a Marconi Perillo.

MILHO GOIANO

MILHÃO CONQUISTA CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL COM AJUDA DO SENAI

EMBALAGENS

CAN-PACK CONCLUI PROJETO DE R\$ 440 MILHÕES EM ITUMBIARA



Goiás Industrial

ANO 66 / Nº 281 / ABRIL 2018

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

VANTAGENS (e riscos) do eSOCIAL

PLATAFORMA CONCENTRARÁ INFORMAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E TRIBUTÁRIAS DE EMPRESAS E TRABALHADORES, MAS PODE TRAZER PERDAS FINANCEIRAS PARA AQUELAS QUE NÃO SE ENQUADRAREM

LOGÍSTICA

GOIÁS PODE PERDER O PAPEL DE CENTRO LOGÍSTICO DO PAÍS

eSocial



A saúde de sua empresa é o nosso foco.

Isso é Sesi-Saúde e Segurança no Trabalho

A saúde de sua equipe revela como vai seu negócio. Por isso, o SESI oferece soluções destinadas a proporcionar um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo, promovendo qualidade de vida e cumprindo as exigências legais. A ação reduz afastamentos do trabalho e garante mais saúde e bem-estar aos trabalhadores.

O trabalho da equipe multidisciplinar do SESI confere tranquilidade à sua empresa e confiança junto aos órgãos fiscalizadores. É disso que sua empresa precisa para sair bem na foto.



Serviços:

- ✓ Programas Legais (PPRA, PCMSO, PCMAT)
- ✓ Consultas Ocupacionais com Emissão de ASO (Atestado de Saúde Ocupacional)
- ✓ Exames Laboratoriais
- ✓ Laudos Técnicos
- ✓ Avaliação de Agentes Físicos e Químicos
- ✓ Cursos e Palestras sobre Segurança e Saúde do Trabalho
- ✓ Gestão do Absenteísmo/FAP/NTEAP

www.sesigo.org.br

Goiânia:

4002 6213

Demais Localidades:

0800 642 1313



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 281 / ABRIL 2018

LOGÍSTICA

29 / Ainda à espera da consolidação e do início efetivo das operações da Ferrovia Norte-Sul e, mais recentemente, com a paralisação do transporte de contêineres pela VLI, Goiás corre o risco de perder o papel estratégico de centro logístico do País, adverte a senadora Lúcia Vânia.

MEMÓRIA

34 / Criada há 57 anos, a Goiarte passa a dedicar-se à expansão de sua carteira de projetos no setor de obras industriais. Mas espera uma resposta mais concreta do mercado antes de retomar investimentos

TECNOLOGIA

36 / Cosmefar recorre à biodiversidade regional para desenvolver nanotecnologias próprias para a produção de cosméticos

EMBALAGENS METÁLICAS

37 / A polonesa Can-Pack, com fábricas em 11 países, conclui investimento de R\$ 440,0 milhões em Itumbiara, sua terceira planta no Brasil

SEGURANÇA ALIMENTAR

39 / Sob consultoria do Senai Goiás, Milhão Alimentos conquista certificação internacional para sua nova fábrica, instalada em Goianira

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

41 / Na corrida pelo que está sendo chamado de a quarta revolução industrial, Sesi e Senai Goiás largam na frente na implantação da nova Lei do Ensino Médio

GESTÃO

45 / IEL oferece apoio para empresas que pretendem adequar seus sistemas de gestão à ISO 9001:2015. O prazo para a migração termina em setembro

VANTAGENS (e riscos) do eSOCIAL

CAPA

16 / O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), criado em 2014, mas que só começou a ser de fato implantado no início deste ano, deverá simplificar e desburocratizar a prestação de informações pelas empresas. Mas não está isento de ameaças. Segundo Emmanuel Lacerda, gerente-executivo do Sesi Nacional, as empresas correm risco elevado de perdas financeiras se deixarem de informar dados ou comunicarem informações incorretas.

OPINIÃO

5 / No artigo **Água e sede de investimento**, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, defende maior atenção e medidas para prevenir virtual crise no abastecimento, sob risco de restrição ao desenvolvimento do País. Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT), a advogada trabalhista Carla Zannini fala sobre os primeiros impactos da nova legislação trabalhista.

ENTREVISTA

10 / **Austeridade fiscal** é promessa de José Eliton à frente do governo. Sem equilíbrio no lado fiscal, afirma ele, em entrevista à **Goiás Industrial**, “não é mais possível realizar uma administração pública moderna e inovadora”, que traga avanços e gere oportunidades para todos.



André Sadi/Secom.gov.br

COMPLEXO MILITAR

21 / O setor de defesa e segurança movimenta em torno de 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano e Goiás quer uma fatia dos negócios na área. Essa é precisamente uma das metas do recém-criado Comitê de Assuntos de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Comdefesa-GO), instalado na Fieg.

NOVA DIREÇÃO

24 / Sindicatos do setor de construção civil e da indústria de panificação, agora presididos respectivamente pelos empresários Eduardo Bilemjian Filho e Marcos André Rodrigues de Siqueira, buscam a expansão de suas bases depois da reforma trabalhista

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

26 / Presidente licenciado do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), o ministro Alexandre Baldy, das Cidades, aposta na retomada dos investimentos, com “abertura de novas indústrias, expansão das já existentes e aumento na produção e nas vendas”.



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)
Superintendente: Almir Blesio (interino)

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente:
Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente:
Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário:
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egídio

1º Diretor Financeiro:
André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Alyson José Nogueira
André Lavor Pagels Barbosa
André Luiz Baptista Lins Rocha
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Bilemjian Filho
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Emílio Carlos Bittar
Enoque Pimentel do Nascimento
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Heitor de Oliveira Nato Neto
Hélio Naves
Heribaldo Egídio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair José de Alcântara
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerônimo David de Sousa
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Carlos Garrote de Sousa
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Nivaldo de Oliveira
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Lúcio Monteiro dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Gonzaga de Almeida
Marcelo de Freitas Barbosa
Marcos André R. de Siqueira
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Osnei Valadão Marques
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Robson Peixoto Braga
Rodolfo Luiz Xavier Virgílio
Sandro Antônio Scodro Mabel

Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Eduardo Bilemjian Filho

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente:
Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente:
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

Câmara Setorial de Alimentos e Bebidas (Casa)

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

EXPEDIENTE

Goias Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem

Andeláide Lima, Célia Oliveira, Daniela Ribeiro e Janaina Staciariini e Corrêa

Colaboração

Nelson Anibal Lesme Orué
Tatiana Reis
Adriana Moreno

Fotografia

Alex Malheiros

Projeto gráfico

Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações e diagramação

Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial

(62) 3219-1720

Redação e correspondência

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Água e sede de investimento

“É urgente que avancemos com investimentos que garantam a segurança hídrica e impeçam que a vulnerabilidade do sistema se transforme em restrição ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, empresário, administrador e presidente da Fieg e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás

Comemoramos o Dia Mundial da Água (22 de março) com um grande evento acontecendo no Brasil: o 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília. O encontro, de 18 a 23 de março, reuniu cerca de 85 mil pessoas, de 170 países. Mais do que debater as adversidades, especialistas de todo o mundo têm a missão de construir soluções, buscando viabilizar investimentos e parcerias que apontem para o consumo eficiente.

No Brasil, apesar de abrigarmos parte da maior bacia hidrográfica do mundo – a do Rio Amazonas –, convivemos com uma crescente escassez hídrica, que se intensificou nos últimos cinco anos, principalmente devido às mudanças climáticas. Faltam planejamento e investimentos, fundamentais para que o País possa se antecipar e minimizar o custo ambiental e social que a falta de água causa à qualidade de vida e ao desenvolvimento.

Estudo elaborado pela Agência Nacio-

nal de Águas (ANA) aponta, nas últimas duas décadas, aumento de 80% no total retirado de água, que deverá crescer mais 30% até 2030. Entretanto, o aumento do consumo não é acompanhado por investimentos. Em pleno século XXI, ainda convivemos com 45% do esgoto bruto urbano sem tratamento e perdas físicas nos sistemas de água tratada que batem os 36%, na média brasileira. Os dados comprovam a má gestão deste recurso tão caro à humanidade e imprescindível para o desenvolvimento, acarretando custos sociais e econômico-financeiros à sociedade. Entre 2013 e 2016, cerca de 48 milhões de pessoas foram afetadas por secas ou estiagens em todo o Brasil.

É urgente que avancemos com investimentos que garantam a segurança hídrica. Nesse contexto, são muitas as soluções já apontadas por especialistas, como transferir vazões de bacias hidrográficas vizinhas, integrar sistemas produtores, promover o reuso e otimizar o uso. Paralelamente, é preciso repensar projetos urbanos, instituindo como pré-requisitos em novas edificações a permeabilização do solo e o aproveitamento e armazenamento das águas das chuvas. E mais: os barramentos são fundamentais à atividade produtiva e, nos momentos de colapso do sistema, apresentam-se como importantes reservatórios para aumentar a vazão dos rios.

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) busca contribuir com esse processo. Desde novembro do ano passa-

do, juntamente com Faeg, Secima, Saneago, Sinduscon, Crea, Celg e Comitê da Bacia Hidrográfica do Meio Norte, criamos um grupo de trabalho para buscar estratégias de enfrentar o impacto da crise hídrica. O objetivo é um só: garantir o abastecimento e impedir que a vulnerabilidade do sistema se transforme em uma restrição ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

* Artigo publicado no jornal *O Popular* dia 17 de março de 2018

A INDÚSTRIA NO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

O 8º Fórum Mundial da Água, realizado pela primeira vez no Hemisfério Sul, reuniu em Brasília 85 mil pessoas de 170 países entre 18 e 23 de março, para debater o uso racional e sustentável da água. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) participou ativamente do evento, tendo promovido paralelamente, em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebeds) e a Rede Brasil do Pacto Global da ONU, o Water Business Day, com empresários de diferentes setores industriais. Também realizou palestras e apresentou as principais ações do setor em seu estande montado no fórum. A Fieg foi representada pelo presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente, Pedro Silvério Pereira, e pela técnica Elaine Farinelli. ◆

O economista que queria ser músico /

“... Um amigo me indagou se eu não fosse economista, o que eu gostaria de ser. Respondi prontamente: músico! A música comunica com Deus, justifiquei. Ele retrucou: e se não fosse músico? Eu respondi, de pronto: economista!”

O diálogo, emblemático, havia sido compartilhado por Reinaldo Fonseca (foto) no artigo **Alegrias e tristezas de um economista!**, publicado no **Diário da Manhã**, dia 16 de março, duas semanas antes de seu falecimento, em 1º de abril, aos 76 anos.

Consultor da Fieg, onde atuou por mais de quatro décadas, o economista formado pela PUC Goiás e depois professor e diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contábeis, especialista em Administração de Projetos pela FGV e em Desenvolvimento Industrial, com mestrado (MBA) em Administração de Negócios pela Universidade de Genebra/CEI (Suíça), também ocupou a presidência da extinta Caixa, do BD Goiás e da Cohab-GO. À frente de projetos responsáveis pelo avanço da industrialização de Goiás, a exemplo do Fomentar e Produzir, de incentivos fiscais, Reinaldo teve participação destacada nos governos Leonino Caiado e Irapuan Costa Júnior. “Reinaldo deu grande contribuição à Fieg, às indústrias e a Goiás”, observou o presidente da federação, Pedro Alves de Oliveira. Com dois livros e centenas de artigos sobre economia publicados em jornais de Goiânia e São Paulo, foi agraciado com as Medalhas de Economista Emérito pelo Corecon 18ª Região, Mérito Industrial pela Fieg, Mérito Anhanguera pelo Governo de Goiás e Medalha Pedro Ludovico pela Assembleia Legislativa. Ele deixa dois filhos, Álvaro e Tessa, e quatro netos: Amanda, Luísa, Carlos e Caliandra.



Indústria têxtil goiana avança

A indústria têxtil goiana mostra força e, mesmo em meio à crise econômica do País, abocanha fatia maior no mercado nacional, com evolução da participação de 2,7% em 2016 para 3,2% no ano passado. Oitavo colocado no ranking (veja quadro), o segmento goiano teve, em 2017, faturamento bruto, sem impostos, de R\$ 5,9 bilhões. A geração de empregos no ano também foi positiva, com saldo de 26.016 postos de trabalho. A produção, no ano anterior, foi de 52.165 toneladas da indústria têxtil e de 49.747 de confecção. As empresas somam 3.288 confecções e 391 na área têxtil, com o Estado concentrando 3% do total no Brasil. Os dados foram apresentados pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Fernando Vale Pimentel (foto), em entrevista com transmissão nacional, da qual **Goiás Industrial** participou, dia 27 de fevereiro.



● Paulo Afonso, Pedro Alves, Antonio Anastasia e outras lideranças da indústria

Indústria insiste na agenda de reformas /

O Congresso precisa persistir na agenda de reformas e de medidas que aperfeiçoem o ambiente de negócios para que o Brasil possa sustentar um novo e duradouro ciclo de crescimento. A opinião foi reiterada por lideranças da indústria, reunidas dia 20 de março, em Brasília, para o lançamento da 23ª Agenda Legislativa da Indústria, que reúne propostas em discussão no Congresso e consideradas prioritárias pelo segmento.

Faturamento setor têxtil e de confecção

1º	São Paulo	5º	Ceará
2º	Santa Catarina	6º	Rio de Janeiro
3º	Minas Gerais	7º	Rio Grande do Sul
4º	Paraná	8º	Goiás

No pódio da robótica / Classificados entre os melhores times de robótica do Brasil, na etapa nacional do Torneio de Robótica First Lego League, realizada dias 17 e 18 de março, em Curitiba, alunos do Sesi Planalto e Vila Canaã, em Goiânia, conquistaram vagas para representar o Brasil em competições internacionais. Um bebedouro higiênico, desenvolvido pela equipe Lego da Justiça para reduzir o risco de contaminação e reutilizar água na limpeza de ambientes e jardins, ficou entre as quatro melhores soluções inovadoras e foi indicado ao Prêmio Global Innovation, na Califórnia (EUA), e ao Torneio FLL Open Europe, na Hungria. Vencedor na categoria Apresentação de Pesquisa, o projeto de uma garrafa portátil para dessalinização de água, com semente de umbu, deu ao time Gametech Canaã o direito de disputar o Torneio FLL Razorback Arkansas (Arcansas, EUA). A equipe Robots Canaã garantiu o segundo lugar na categoria Design do Robô.

Alex Malheiros



● Prêmios na bagagem: alunos fazem festa em Goiânia, no retorno do torneio em Curitiba

O mundo divertido da ciência e da tecnologia - Criado em 1998 pela First, uma organização não governamental, em parceria com o Grupo Lego, o torneio de robótica propõe que estudantes sejam apresentados ao mundo da ciência e da tecnologia de forma divertida, por meio da construção e programação de robôs feitos inteiramente com peças da tecnologia Lego Mindstorm. No Brasil, desde 2013, o Sesi é a instituição responsável pela organização da competição (etapas regionais e nacional). Na temporada atual, por exemplo, com o tema água, os robôs tiveram de fazer coisas como remover um cano quebrado, virar tampas de bueiro e mover bombas de água.



● Comitativa goiana em visita ao Google: imersão aos principais players do mundo na área de inovação e tecnologia

Missão no Panamá e Vale do Silício /

Empresários e lideranças da indústria goiana participaram, entre 27 de fevereiro e 10 de março, de missão comercial ao Panamá e ao Vale do Silício, em São Francisco, na Califórnia (EUA), a primeira do ano, viabilizada por meio de parceria entre CNI, Apex, Fiesc, Fieg e Sebrae Goiás. A primeira etapa incluiu participação na Expocomer, feira multisetorial realizada no Panamá, dirigida a países que representam um mercado de 50 milhões de consumidores, distribuídos entre América Central, Caribe, África e Europa. Também foram realizadas visitas técnicas ao Canal do Panamá, ao Porto de Manzanillo, ao projeto Panamá Pacífico, à empresa Truckslogic e à Zona Livre de Colón. Já no Vale do Silício, onde há a maior concentração de startup do mundo, o foco da comitiva goiana voltou-se para o empreendedorismo e a indústria 4.0. Empresários e representantes acadêmicos fizeram, durante uma semana, imersão aos principais players do mundo na área de inovação e tecnologia, por meio de visitas técnicas às universidades de Stanford e Berkeley e às empresas Johnson & Johnson, Google, Apple, Oracle e Tesla, além de reunião na Câmara de Comércio de São Francisco.

Austeridade e INVESTIMENTO

“Nosso foco é uma gestão responsável das contas públicas, inovarmos em áreas e serviços essenciais do Estado e gerarmos oportunidades para todos”, afirma o governador José Eliton, no cargo desde 6 de abril, substituindo Marconi Perillo. Segundo ele, “não é mais possível realizar uma administração pública moderna e inovadora” sem tomar como base a austeridade na gestão da máquina. Nesta entrevista à Goiás Industrial, Eliton destaca suas prioridades para os setores de educação, saúde e segurança pública, enfatizando, nesse último, o “cumprimento da lei” e a busca de “condições dignas para os apenados”. A política de atração de investimentos terá continuidade lastreada em incentivos fiscais.

Goiás Industrial - O sr. assume o governo num momento ainda de incertezas e turbulência na política nacional e baixa possibilidade de uma melhoria nesse cenário até as eleições e mesmo depois. Qual a leitura que o sr. faz desse momento e o que espera para os próximos meses?

José Eliton - O Brasil passou por um processo muito profundo de depuração ética e política nos últimos anos, que aperfeiçoou nossa democracia e as instituições. Os brasileiros deixaram clara sua exigência por uma vida pública pautada pela probidade, pelo compromisso com as demandas e desafios do País. Querem gestores competentes, responsáveis, capazes de inovar, com capacidade de articulação e com equilíbrio. Na hora certa, os eleitores farão suas escolhas, para todos os cargos eletivos, com base nesses valores e princípios.

Goiás Industrial - A composição de um novo secretariado, de uma forma geral, quase sempre desperta reações políticas envolvendo inclusive aliados. Como o sr. tem lidado com essas questões e de que forma esse processo poderá interferir na campanha para as próximas eleições?

José Eliton - Conversando com todos. Nossa base, construída pelo governador Marconi Perillo, tem no diálogo, no debate de ideias, sua estrutura basilar. Os partidos aliados, representados por vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais e senadores, discutem a formação e composição de governo com transparência, tecnicamente, levando em conta o programa e as aspirações de cada legenda. Nosso governo passa por ampla renovação até abril. Teremos, por exemplo, mudanças em 70% do primeiro escalão. Embora existam indicações de partidos aliados, ►

“O GOVERNO DE GOIÁS É O QUE MAIS CUMPRIU PROMESSAS FEITAS NA CAMPANHA PASSADA, COM TAXA SUPERIOR A 80%. CERTAMENTE, ATÉ O FINAL DESTA ANO, DEVEMOS CHEGAR MUITO PRÓXIMO DE 100%”



que avalizam e apoiam nossa gestão, os principais critérios para ocuparem secretarias e agências são perfil técnico e capacidade de gestão.

Goiás Industrial - Quais serão os principais projetos durante sua gestão, considerando apenas o mandato atual? A administração anterior, da qual o sr. fez parte como vice-governador, deixou uma carteira de obras ainda a serem concluídas. Quais deverão ser terminadas até o final do ano?

José Eliton – O legado de nossos governos é expressivo em todas as áreas. Segundo recente levantamento do portal GI, o governo de Goiás é o que mais cumpriu promessas feitas na campanha passada, com taxa superior a 80%. Certamente, até o final deste ano, devemos chegar muito próximo de 100% de execução dos compromissos assumidos para os últimos quatro anos, além de novas ações e benefícios. Avançamos muito em todos os setores, mas, evidentemente, sempre há o que fazer. A administração pública jamais será uma obra acabada, porque as demandas são crescentes e mutantes. Os representantes eleitos pela população, nas diferentes esferas da vida pública, especialmente no Executivo, têm de estar preparados não apenas para executar as obras, ações e programas, mas para, principalmente, identificar as demandas e construir as soluções para elas. Nossa missão é manter as conquistas e ampliar sua abrangência. O Goiás na Frente é a expressão desse esforço fiscal que fizemos desde 2015. É o maior conjunto estadual de investimentos públicos em curso no País. Desde janeiro, juntamente com Marconi Perillo, temos entregado a maior parte das obras e ações pactuadas com a população. Em nossa gestão vamos entregar um conjunto também muito expressivo de novas escolas, estradas, casas, presídios, hospitais e outras unidades de saúde, etc. Além disso, temos também muitas obras municipais a serem inauguradas, dos convênios que firmamos com as prefeituras. Enfim, é um conjunto muito expressivo de entregas que nos permitirão manter uma agenda intensa até 30 de junho.

Goiás Industrial - Na hipótese de sua eleição para o próximo governo, quais serão as prioridades? Quais os planos para os principais setores da administração estadual, como saúde, educação, segurança e outros?

José Eliton – Primeiro, vamos manter e ampliar as conquistas dos governos de Marconi Perillo. Uma prioridade será a austeridade na gestão das contas públicas do Estado, manter a máquina pública azeitada no quesito finanças. Não é mais possível realizar uma administração pública moderna e inovadora sem partirmos desse princípio. Nosso foco será oferecermos serviços públicos de qualidade para o cidadão, para as pessoas, e gerar-mos ambiente favorável para o crescimento econômico. Sou de uma família humilde do Nordeste goiano, vim para Goiânia em busca de oportunidades. Estudei em escolas públicas, formei em Direito e fiz carreira na advocacia. É isso que desejo para todos os

goianos, que tenham oportunidades para tornarem seus sonhos em realidade. Isso exige constantes melhorias e inovações nas áreas essenciais do Estado, especialmente na saúde, educação, segurança pública e programas sociais. Na saúde, por exemplo, o governo conquistou significativo avanço nos últimos anos, temos uma ampla e bem equipada rede de atendimento do Estado, mas vamos ampliar ainda mais os serviços para a população, como o atendimento nos hospitais da rede estadual, entre outras medidas. Esse será o principal foco de nossa gestão no governo de Goiás.

Goiás Industrial - O sr. pretende mudar o formato da gestão pública em relação à gestão do ex-governador Marconi Perillo? Qual deverá ser a "marca" de uma futura administração sob seu comando?

José Eliton – Como governador de Goiás, nossa prioridade será mantermos a gestão responsável das contas públicas e entregarmos as muitas obras e benefícios que pactuamos com a população do Estado. Também vamos avançar com novas ações na saúde, na segurança pública, na educação e em outras áreas do Estado.

Goiás Industrial - Na área de segurança, o sistema penitenciário tem enfrentado crises recorrentes e, na visão de especialistas, estaria, na verdade, em situação de falência, aqui e em praticamente todo o País. O sr. indicou um secretário identificado com uma visão mais conservadora nessa área, que defendeu recentemente o encarceramento como um dos caminhos para enfrentar a violência urbana. Qual sua visão a respeito e quais deverão ser suas políticas para essa área?

“**NOSSO GOVERNO PASSA POR AMPLA RENOVÇÃO ATÉ ABRIL. TEREMOS, POR EXEMPLO, MUDANÇAS EM 70% DO PRIMEIRO ESCALÃO**”



José Eliton – O desafio da segurança pública é nacional e a crise do sistema penitenciário está no cerne do problema. Por outro lado, nunca houve tamanha concertação de esforços em busca de uma solução. E é importante que se diga: essa diretriz, essa visão de que a segurança pública deve ser pensada em nível nacional, com a participação de todos os poderes em todos os níveis da federação, nasceu em Goiás. Foi levada para o Consórcio Brasil Central, em seguida para um colégio maior de secretários estaduais de segurança pública e depois para a União, culminando com a criação do Ministério da Segurança Pública pelo presidente Michel Temer. Ou seja, esse debate está colocado e as soluções começam a aparecer. O secretário Irapuan Costa Júnior é um homem público competente e experimentado, ocupou os principais cargos públicos do Estado e do País. Não há uma defesa pura e simples do encarceramento. O que se busca é o cumprimento da lei, em condições dignas para os apenados. A violência urbana é uma realidade e o sentimento de impunidade, também. O trabalho do governo de Goiás vem, felizmente, reduzindo os indicadores de violência há 19 meses consecutivos, como resultado de uma série de medidas. Se os indicadores estão em queda, isso se dá evidentemente, em boa parte, graças ao excelente trabalho realizado por nossas forças de segurança, que têm condições de trabalho (salários, equipamentos, veículos etc.) adequadas e um aparato de inteligência sofisticado e eficiente funcionando. Os indicadores caíram também porque temos mais emprego, a renda vem melhorando, temos mais casas, mais escolas, mais saúde, enfim, porque o nosso governo tem atuado em todas as áreas. Mas vamos avançar mais na segurança pública, com o objetivo de reduzir ainda mais esses indicadores criminais, com um conjunto de ações no policiamento mais ostensivo, graças ao incremento neste ano de 2 mil novos policiais à nossa PM, e também no trabalho de inteligência da Polícia Civil.

Goiás Industrial – Entre os setores mais centrais da gestão pública, quais serão as propostas e políticas para os setores de educação e saúde?

José Eliton – Estamos entregando um conjunto expressivo de obras nessas duas áreas. Na educação, novas escolas Padrão Século 21, boa parte escolas em tempo integral, além de estarmos equipando as unidades com aparelhos de ar-condicionado, com-

putadores, enfim, melhorando a infraestrutura dos colégios. Na saúde, estamos entregando novas unidades de saúde, hospitais e as unidades especializadas, especializadas no atendimento laboratorial. Essas novas unidades também serão geridas por organizações sociais, de imediato. Estamos também entregando mais quatro Credeqs (Centros de Referência e Excelência em Dependência Química). Estou listando as obras para dizer que, no caso da educação, o caminho é aprofundar a qualidade do ensino-aprendizagem e ampliar o ensino em tempo integral. Na saúde, nosso foco será, a partir de agora, as especialidades, como o caso do Hospital do Servidor, o Hospital do Homem e do

Idoso, as unidades de combate ao câncer, entre outras. Além de reduzirmos a fila de espera por cirurgias eletivas, uma responsabilidade dos municípios, convém frisar, e ampliarmos o atendimento ao cidadão nos hospitais da rede estadual com o turno noturno. Queremos permitir que o trabalhador goiano tenha mais opções de horários para cuidar de sua saúde. Esse é um dos caminhos e em breve vamos detalhar essas propostas.



“O TRABALHO DO GOVERNO DE GOIÁS VEM, FELIZMENTE, REDUZINDO OS INDICADORES DE VIOLÊNCIA HÁ 19 MESES CONSECUTIVOS”

Goiás Industrial – O debate sobre a revisão mais recente da tarifa do transporte coletivo em Goiânia deixou evidenciada a necessidade de uma atuação mais determinada das administrações municipais que formam a região metropolitana da capital, mas também do governo do Estado. Qual será o tratamento a ser dispensado por sua gestão à questão da mobilidade urbana?

José Eliton – O governo de Goiás vem atuando fortemente nesse setor, garantindo o pagamento integral das gratuidades, entre elas o Passe Livre Estudantil e a Tarifa Social do Eixo Anhanguera. Fizemos também grandes investimentos em duplicações, construções de viadutos e iluminação do complexo viário de Goiânia, com impacto em toda a região metropolitana. Isso melhora o trânsito, reduzindo, por exemplo, o tempo das viagens. Agora, o governo de Goiás vai exigir mais ainda das empresas os investimentos necessários e temos estruturado medidas para aumentar em breve a eficiência da Metrobus.

Goiás Industrial – No ano passado, o governo sacrificou parcialmente o resultado primário para ampliar os investimentos, que haviam sofrido cortes severos nos dois anos ▶

anteriores. Quais deverão ser as principais linhas para a política fiscal do setor público estadual em sua administração? Como deverão ser tratados os incentivos fiscais e, portanto, a política de atração de investimentos?

José Eliton – Os dois primeiros anos desta gestão foram marcados por uma profunda crise econômica do País, considerada a maior de nossa história. O impacto sobre as receitas foi profundo e não restou ao governo de Goiás alternativa a não ser ajustar a máquina pública aos efeitos da crise. Na verdade, nós nos antecipamos aos efeitos da crise e reduzimos as despesas em cerca de R\$ 3 bilhões, com o objetivo de garantir o pagamento do funcionalismo (ativos e aposentados) e manter os serviços públicos rigorosamente em dia. Como é de conhecimento de todos, nós conseguimos. Comparada à de outros Estados, a situação de Goiás foi confortável em 2015 e 2016. Ao mesmo tempo, fizemos cortes para garantir o investimento. O Goiás na Frente é o resultado desses esforços. Garantir o investimento foi a prin-

cipal objetivo do Programa de Austeridade pelo Crescimento do Estado de Goiás, enviado pelo governo à Assembleia Legislativa e aprovado pelos parlamentares. Graças a isso estamos fazendo esse conjunto de R\$ 9 bilhões em investimentos. Fazemos isso com muita responsabilidade, com os pés no chão. Prova disso é que a relação dívida/receita é a menor da história, 0,95, depois de ter sido mais de três, ou seja, eram necessários mais de três orçamentos anuais, quase quatro, para pagar a dívida interna e externa do Estado e hoje é necessário menos de um. Repito: a austeridade fiscal será uma prioridade no nosso governo. Sobre a política de atração de investimentos, será mantida e aperfeiçoada por acreditarmos no setor privado e na sua capacidade de gerar empregos e renda. Recentemente, convalidamos os benefícios fiscais instituídos por lei estadual em agosto de 2017. Nosso foco é uma gestão responsável das contas públicas, inovarmos em áreas e serviços essenciais do Estado e gerarmos oportunidades para todos os goianos. ◆

Alex Malheiros



“**NÓS NOS ANTECIPAMOS AOS EFEITOS DA CRISE E REDUZIMOS AS DESPESAS EM CERCA DE R\$ 3 BILHÕES, COM O OBJETIVO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO FUNCIONALISMO (ATIVOS E APOSENTADOS) E MANTER OS SERVIÇOS PÚBLICOS RIGOROSAMENTE EM DIA**”



● Marconi Perillo reúne-se na Fieg com Fórum Empresarial pela última vez como governador: homenagem pela parceria em quatro mandatos

Alex Malheiros

PERILLO DESPEDE-SE COM BALANÇO POSITIVO

Ex-governador apresenta números de suas quatro gestões à frente da administração estadual e destaca crescimento do PIB goiano acima da média brasileira

A economia goiana cresceu praticamente nove vezes entre 1998 e o ano passado, na projeção mais atualizada do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). Para comparação, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou em 6,5 vezes em todo o País no mesmo período, agora de acordo com as séries do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), tomado sempre a valores correntes.

Esses e outros números, em sua maioria favoráveis, foram apresentados pelo ex-governador Marconi Perillo, ao fazer, na Assembleia Legislativa, um balanço de

seus quatro mandatos à frente do governo estadual, marcando a abertura do novo ano legislativo. Perillo deixou o governo no início de abril, provavelmente para disputar uma cadeira no Senado. Em seu lugar, assumiu o então vice-governador, José Eliton (*leia entrevista nesta edição*). Otimista, Perillo antecipou que o PIB estadual deverá alcançar, neste ano, algo muito próximo a R\$ 200 bilhões, o que significaria mais um ano de crescimento quando se compara com o PIB esperado para 2017.

O produto goiano saiu de R\$ 21,120 bilhões em 1998, quando representava 2,16% do PIB brasileiro, para R\$ 189,968 ►

bilhões, na estimativa do IMB para o PIB goiano em 2017, o que equivale a uma participação de 2,9%.

Naquele mesmo intervalo, as exportações goianas, impulsionadas pelo agronegócio, foram multiplicadas em pouco mais de 18 vezes, saltando de US\$ 381,67 milhões, abaixo de 0,7% das vendas externas brasileiras, para US\$ 6,905 bilhões no ano passado, quando assumiram fatia de 3,2% do total exportado pelo Brasil, lembrou ainda Perillo.

“Entre 1998 e 2017 foram gerados mais 1,1 milhão empregos e Goiás manteve o saldo positivo mesmo durante a última crise econômica”, observou ainda o ex-governador. Na verdade, no auge da crise, em 2015 e 2016, foram fechadas 43.905 vagas no mercado formal, que ainda assim acumulou saldo positivo de 302,75 mil empregos entre 2010 e 2017, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O total de ocupados no Estado, conforme o IBGE, saiu de 2,225 milhões em 1998 para 3,285 milhões no último trimestre de 2017, num incremento bastante próximo daquele citado por Marconi.

Os programas Produzir e Fomentar, em conjunto, aprovaram, entre 1999 e o ano passado, a instalação em Goiás de 2.074 projetos, que juntos trouxeram a perspectiva de criação de 235,32 mil empregos diretos e de investimentos fixos de R\$ 45,542 bilhões, ajudando a incrementar toda a economia, puxando seu crescimento, conforme Perillo. O governo sozinho investiu, entre 2001 e 2017, pouco mais de R\$ 11,087 bilhões, conforme os relatórios da execução orçamentária divulgados oficialmente. Daquele valor, pouco mais de dois terços, num valor muito próximo a R\$ 7,34 bilhões, foram realizados entre 2010 e 2017, representando pouco mais de 6% da receita corrente líquida acumulada no

período. Em todo esse período, o Estado conseguiu produzir resultados primários positivos, na conta que não considera as despesas com juros e amortizações da dívida estadual. Como única exceção, na série entre 2001 e 2017, anotou-se déficit primário apenas em 2014, quando o saldo entre receitas e despesas ficou negativo em R\$ 680,58 milhões. Nos anos seguintes, o número voltou a ser positivo, chegando-se a um superávit de R\$ 739,61 milhões no ano passado.

Educação, saúde e estradas

“Não há setor da vida dos goianos sem a presença marcante dos nossos governos”, declarou Marconi Perillo em seu discurso de despedida aos parlamentares. “São avanços expressivos em todas as áreas: da



“NÃO HÁ SETOR DA VIDA DOS GOIANOS SEM A PRESENÇA MARCANTE DOS NOSSOS GOVERNOS.”

MARCONI PERILLO, então governador, em balanço na Assembleia Legislativa de seus quatro mandatos à frente do governo estadual

economia à gestão pública, passando pela área social, infraestrutura, segurança, saúde, educação, transparência e, em especial, na prestação dos serviços públicos”, completou. Lembrou que essas mesmas áreas, antes de assumir o governo estadual, em 1999, passavam por dificuldades diversas, e não recebiam a atenção devida do governo. “Instituímos um Tempo Novo em que os serviços e obras são de altíssima qualidade, os servidores são valorizados, todas as áreas são valorizadas”, afirmou ainda.

Perillo disse também que o Estado tem ocupado, nos últimos sete anos, as primeiras posições Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), refletindo as políticas e investimentos destinados ao setor. Ele destacou a criação de uma rede de capacitação profissional com os Itegos (institutos tecnológicos), a implantação do modelo de gestão compartilhada com a contratação de organizações sociais na área da saúde e a melhoria dos hospitais públicos estaduais. “Refundamos o Hugo, o HGG, o Hospital Materno Infantil, a colônia Santa Marta, os hospitais de urgência. Construímos o Crer, o Hugol, o Credeq de Aparecida de Goiânia e estamos finalizando o hospital do servidor”, destacou.

Na área da segurança, realçou os investimentos em ampliação do efetivo, em atualização tecnológica, inteligência e na valorização das polícias. Fatores que, conforme observou, inverteram os indicadores e todas as taxas de violência, que caem há 19 meses consecutivos. “Na infraestrutura, fizemos os maiores investimentos em ampliação da malha viária do Estado. São 5 mil quilômetros de estradas reconstruídas, 2 mil quilômetros de estradas construídas e mais de 400 quilômetros de estradas duplicadas, diante de pouco mais de 50 quilômetros até 1998”, acentuou. ♦



Primeiros impactos da nova legislação trabalhista

“Os empregadores não devem esperar os primeiros impactos mais claros da Reforma para se adequarem ao novo ditame das relações de trabalho.”

CARLA ZANNINI, Advogada trabalhista e presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT)

Caminhamos para completar o quarto mês de vigência da nova legislação trabalhista. Mudanças importantes já podem ser sentidas no mundo jurídico e nas relações de trabalho, mas ainda muito está por vir. Fato é que ainda muito se espera das decisões judiciais, tanto de juízes de primeira instância, mas também do Supremo Tribunal Federal, que deve julgar a constitucionalidade de diversos artigos do novo texto legal.

O primeiro e mais visível impacto da reforma trabalhistas nos três primeiros meses de sua vigência diz respeito ao número de novas demandas judiciais. Se na primeira semana após a vigência das

novas regras tivemos exemplos de Tribunais em que os ingressos de novas ações despencaram em até 90% com relação a anos anteriores, em todo o País o número na Justiça do Trabalho caiu cerca de 50% no balanço desses primeiros meses.

Isso se deve principalmente a dois motivos. Por um lado, há uma expectativa de esperar as primeiras decisões dos juízes com a nova legislação para só então entrar com novas demandas. Por outro lado, o fato se explica pelo maior rigor trazido pela reforma trabalhista no acesso ao poder Judiciário, como, por exemplo, a possibilidade de condenação aos honorários de sucumbência à parte vencedora.

Outro importante impacto já parcialmente sentido no período pós Reforma diz respeito à própria adequação das empresas à nova legislação. Aquelas que visam trabalhar de forma correta, em acordo com a legislação, que contam com uma boa consultoria jurídica, já estão se adequando às novas regras e vivem o dia a dia das relações de trabalho sob esses parâmetros. No entanto, a grande maioria ainda não implementou as mudanças necessárias, muito em razão do discurso corrente de que a Reforma apenas favorece

os empregadores, o que gera um temor na implementação das novas regras já vigentes. Esse fato muito provavelmente deverá gerar problemas futuros, tanto com a fiscalização trabalhista, quanto com a geração de novas demandas judiciais.

Na vida cotidiana de trabalhadores e empregados, no entanto, talvez seja cedo ainda para se ter um balanço dos impactos reais da nova legislação trabalhista. Isso porque mesmo após a vigência da Lei 13.467/2017, diversas modificações foram implementadas, como por exemplo as trazidas pela Medida Provisória 808, que modificou bastante na modalidade de contratação do trabalho intermitente. Há, portanto, regras que ainda sofrem modificações e que apenas serão sentidas no médio prazo.

Os empregadores, entretanto, não devem esperar os primeiros impactos mais claros da Reforma para se adequarem ao novo ditame das relações de trabalho. Devem estar atentos às modificações e por consequência aplicar de imediato a nova legislação em seus RHs e nas relações cotidianas no local de trabalho. Caso contrário, grandes dores de cabeça podem surgir no futuro com novas demandas judiciais. ♦

TUDO JUNTO. E ORGANIZADO

The logo for eSocial, featuring a green document icon with a yellow tab on the left, followed by the text "eSocial" in a dark blue, sans-serif font.

- **Sistema único:** plataforma vai concentrar obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais e deve evitar redundâncias na transmissão de dados

Plataforma deve simplificar o dia a dia das empresas, reduzindo a burocracia. Mas envolve riscos de perda financeira se os procedimentos não forem cumpridos corretamente

Lauro Veiga Filho

Instituído em 2014, pelo Decreto 8373, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) exigiu investimento de R\$ 100 milhões, em valores aproximados, e espera-se que venha simplificar a vida das empresas, reduzindo a burocracia. “O sistema vai desburocratizar e evitar redundâncias de informações das empresas para os órgãos fiscalizadores, no médio e longo prazo”, avalia Emmanuel Lacerda, gerente-executivo de Saúde e Segurança na Indústria do Sesi Nacional. Em sua opinião, “embora a implantação da ferramenta imponha a necessidade de investimentos em sistemas de informação por parte das empresas, aquelas que se adequarem mais rapidamente e de forma eficaz poderão fazer uso de melhor gestão de segurança e saúde no trabalho, por exemplo, alcançando ganhos de competitividade por meio da redução dos riscos de autuação e de (geração de) passivos”.

Não é um processo isento de ameaças. Ele adverte especialmente para o risco elevado de perdas financeiras “em função

de envio de dados incorretos ou faltantes”. Conforme Lacerda, “as empresas precisam enviar as informações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias no prazo definido, serem precisas no atendimento à legislação e gerar as informações obrigatórias com regularidade e pontualidade”.

A ferramenta não altera em nada a legislação trabalhista ou previdenciária, “o que acontece é que ele sistematiza todas as obrigações já existentes em uma única plataforma”, complementa Marcelo Augusto Silveira Coviello, gerente de Recursos Humanos do Sistema Fieg. Como qualquer mudança, a implantação do eSocial, observa ele, também desperta receios no mercado. Mas, “sob o ponto de vista da gestão de recursos humanos”, pondera, a plataforma contribui para “alavancar o subsistema de administração de pessoal – que na maioria das empresas se posiciona como um patamar mais operacional – para um patamar mais estratégico, aproximando sua atuação daquela esperada por uma área de relações trabalhistas, em que o foco estratégico prioriza a prevenção e compõe o planejamento estratégico da empresa”. Coviello considera a ferramenta “vantajosa como política de Estado sem deixar de ser valoroso para o RH, que ganha mais uma ferramenta para se posicionar estrategicamente dentro das empresas”. ▶

Alex Malheiros



● **Marcelo Coviello:** novo sistema contribui para “alavancar o subsistema de administração de pessoal” dentro das empresas

A nova ferramenta do Sesi

“Todas as empresas privadas e públicas estão dentro do eSocial e o preenchimento das informações é obrigatório”, afirma Emmanuel Lacerda, gerente-executivo do Sesi. Ele lembra que empresas com faturamento acima de R\$ 78,0 milhões em 2016 já iniciaram a transmissão de dados desde janeiro deste ano e aquelas com receitas inferiores começam a fazer o mesmo a partir de julho. Para as empresas públicas da administração direta e indireta, o envio de dados deverá ser iniciado em janeiro do próximo ano. “Ressalto que os dados de segurança e saúde no trabalho deverão ser enviados pelas empresas de todos os portes a partir de janeiro de 2019”, complementa Lacerda.

Como primeiro passo, Lacerda recomenda que as empresas devem revisar seus processos internos com foco nas exigências. “Apesar do novo sistema não alterar as leis vigentes, a forma de entrega das informações legais modifica vários processos rotineiros nas empresas, que precisarão se adaptar para que não haja inconsistências e elas não sofram penalidades por parte da fiscalização”, destaca.

Os processos mais complexos e mais críticos dentro da nova plataforma, continua Lacerda, são os das áreas de segurança e saúde no trabalho (SST), o que deverá exigir maior atenção e cautela por parte das empresas. Pensando nisso, o Sesi construiu uma plataforma digital – o Sesi Viva+ –, que oferecerá às empresas, em ambiente WEB, “um sistema integrado que garante atendimento a uma gestão efetiva dos dados para o eSocial”. O Sesi Viva+ permite “desde a avaliação dos riscos dos ambientes do trabalho até o monitoramento da saúde do trabalhador, em todas suas dimensões”. Além disso, a plataforma possibilita “análise e estudos epidemiológicos, painéis de indicadores de gestão, melhorando a produtividade e competitividade da indústria”, sustenta Lacerda.



● **Emmanuel Lacerda:** Sesi Nacional desenvolveu ferramenta para ajudar empresas na gestão de dados para o eSocial

Desde o início do ano, Lacerda lembra que 14,4 mil empresas começaram a enviar seus dados para o eSocial, em um universo de 9 milhões de pessoas jurídicas. Alguns estudos, diz ele, mostram que apenas 5% daquele total (algo como 450 mil empresas) “realizaram todas as adequações necessárias para atender plenamente à fer-

ramenta do governo”. De qualquer forma, ele observa que ainda há tempo para que as empresas se preparem. “O Sesi, juntamente com outros parceiros, irá apoiar as empresas industriais numa gestão eficaz das informações relativas à segurança e saúde no trabalho”, acentua ainda.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

Confira o cronograma de implantação do



	Grandes Empresas*	Demais Empresas*	Órgãos Públicos
Cadastros do empregador e tabelas	2018 Janeiro	2018 Julho	2019 Janeiro
Dados dos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos)	2018 Março	2018 Setembro	2019 Março
Folha de pagamento	2018 Maio	2018 Novembro	2019 Maio
Substituição da GFIP (guia de informações à Previdência Social) e compensação cruzada	2018 Julho	2019 Janeiro	2019 Julho
Dados de segurança e saúde do trabalhador	2019 Janeiro	2019 Janeiro	2019 Julho

*Empresas com faturamento anual maior que R\$ 78 milhões

*inclusive micro, pequenas e MEs que tenham empregados



● **Sáttila Ericka Alves da Silva: processo de integração de dados no eSocial deverá estar concluído até julho do próximo ano**

Um projeto “desafiador”

Num primeiro momento, como visto, a implantação do eSocial pelas empresas poderá trazer alguma dificuldade de adaptação, com definição de novas rotinas, e exigir investimentos em adequação de sistemas e procedimentos internos. Mas, numa visão de mais longo prazo, observa Sáttila Silva, gerente de Planejamento da LG Lugar de Gente, esperam-se ganhos de produtividade, com redução das horas dispendidas na apuração, preparação e envio de informações à Receita Federal, Caixa Econômica Federal, Previdência e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

O sistema deverá permitir também maior assertividade das informações transmitidas. Atualmente, as empresas gastam mais horas para o envio duplicado de informações, que são transmitidas de um órgão público para outro, abrindo espaço para incorreções e divergências. “O eSocial é um projeto extremamente desafiador para empresas e para o governo e que vai centralizar todos os dados numa plataforma única, num processo gradual

que deverá estar integralmente concluído em julho de 2019”, afirma Sáttila.

Ela está envolvida nas discussões do governo sobre a ferramenta desde 2010 e também lidera o projeto de adequação das soluções de tecnologia da LG Lugar de Gente, especializada no desenvolvimento de softwares para gestão de pessoas há 32 anos. Sáttila ainda participa como representante da empresa de um grupo piloto responsável pela definição, em conjunto com o governo, dos layouts do eSocial, além de contribuir para o desenho do escopo das regras e homologação dos processos.

De acordo com ela, a nova plataforma deverá eliminar um conjunto de 15 obrigações exigidas das empresas, seguindo um cronograma já estabelecido de “desobrigação”, em alguns casos, ou ainda em fase de definição. Em desenvolvimento desde 2010, o eSocial enquadra-se no Serviço Público de Escrituração Digital (Sped), que inclui a Escrituração Fiscal Digital (EFD), integrando numa mesma base de dados informações para apuração dos impostos federais e estaduais.

Entre as obrigações que deverão ser extintas estão a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) e a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (Gfip). Esta última obrigação, aponta Sáttila, deverá ser encerrada em julho deste ano.

O projeto de implantação do eSocial estabelece cinco fases distintas, segundo o faturamento das empresas, a serem iniciadas a cada dois meses. A primeira fase tinha prazo até 28 de fevereiro e incluía o envio de dados cadastrais de empresas com faturamento superior a R\$ 78,0 milhões em 2016. Numa avaliação do coordenador do sistema, José Alberto Maia, até a data prevista, entre 14,4 mil empresas, apenas 8.160 (ou 57% do total) haviam cumprido

o cronograma. As companhias com faturamento inferior a R\$ 78,0 milhões deverão iniciar a transmissão de dados por meio da plataforma a partir de julho deste ano.

Em março, iniciou-se o prazo para as grandes empresas enviarem dados sobre seus empregados, operação considerada igualmente crítica por Sáttila, já que envolve um total de 15,0 milhões de trabalhadores, o que corresponde a quase um terço dos 46,1 milhões de trabalhadores registrados pela Rais em 2016, dado mais recente disponível.



EVENTOS TEMPORÁRIOS

Uma série de eventos não periódicos deverá igualmente integrar a plataforma do eSocial. Esses eventos, esclarece Sáttila, já vêm sendo enviados pelas empresas desde 1º de março passado e “correspondem as movimentações ou alterações que acontecem na vida do trabalhador dentro da empresa. Para fazer os envios desses arquivos, é necessário já ter enviado os dados do layout S-1000 e os demais estabelecimentos e tabelas, exigidos na primeira fase do projeto”, detalha. Entre outros, esses eventos incluem registro de admissão de trabalhador (evento S-2200), o mais crítico, segundo ela, porque deve ser providenciado um dia útil antes de o trabalhador iniciar suas atividades na empresa; alteração de dados cadastrais do empregado (S-2205); alterações no contrato de trabalho (S-2206); dados sobre alteração cadastral ou término de trabalhador sem vínculo de emprego ou estatutário (S-2306 e S-2399, respectivamente); e reintegração (S-2298).

PLATAFORMA UNIFICA 15 OBRIGAÇÕES

GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

LRE – Livro de Registro de Empregados

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CD – Comunicação de Dispensa

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário

DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte

DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

QHT – Quadro de Horário de Trabalho

Manad – Manual Normativo de Arquivos Digitais

Folha de pagamento

GRF – Guia de Recolhimento do FGTS

GPS – Guia da Previdência Social

Fonte: Portal eSocial



adequação ao eSocial ainda em 2013, quando a plataforma ainda não havia sido instituída oficialmente, embora já estivesse em discussão já há algum tempo. A Cristal Alimentos contratou a consultoria da JC Gestão Empresarial, que ajudou a preparar todos os parâmetros para a mudança e na criação de novos processos internos, adequados ao eSocial, e instalou o sistema LG FPW, de gestão de pessoal. No dia 28 de fevereiro deste ano, conta Borges, a Cristal Alimentos transmitiu para a nova plataforma os arquivos com todas as informações cadastrais da companhia, incluindo as tabelas de eventos, cumprindo a primeira etapa do processo. ♦

Trabalho começou em 2013

A Cristal Alimentos precisou de mais de oito meses para atualizar e ordenar todos os dados cadastrais de seus quase 800 empregados. Todo o processo, no entanto, foi concluído com sucesso ainda em 2014, afirma Rodrigo Bernardes Borges, gerente do Departamento de Pessoal da empresa. O trabalho de qualificação cadastral exigiu a confirmação dos dados na Receita Federal, na Previdência, na Caixa Econômica Federal e no Ministério do Trabalho de cada um dos funcionários, para evitar erros e redundâncias.

Os empregados tiveram não apenas de confirmar as informações como acrescentar novas. “Como parte de nosso trabalho, tivemos de fazer com que os funcionários apresentassem também informações que

antes não eram exigidas, como o CPF de dependentes, além de incluir no sistema o horário efetivo de trabalho de cada um deles”, detalha ainda Borges. Desde lá, a empresa vem dando manutenção em sua base de dados.

“Quando todo o sistema estiver funcionando redondinho, vai ficar bem melhor para as empresas, para o setor de recursos humanos e para o pessoal empregado”, prevê Borges. Ele dá um exemplo mais prático, sob o ponto de vista dos funcionários especificamente. No caso de contratação de crédito no mercado, a comprovação de renda será feita com a emissão diretamente do site do eSocial do contracheque digital, com código de barras e timbre do Ministério do Trabalho.

A empresa começou a trabalhar na



Alex Malheiros

“QUANDO TODO O SISTEMA ESTIVER FUNCIONANDO REDONDINHO, VAI FICAR BEM MELHOR PARA AS EMPRESAS, PARA O SETOR DE RECURSOS HUMANOS E PARA O PESSOAL EMPREGADO”

RODRIGO BERNARDES BORGES,
gerente do Departamento de
Pessoal da Cristal Alimentos

● **Expectativa:** a chegada, na Base Aérea, dos novos aviões Gripen, da sueca SAAB, pode abrir possibilidade de atração de investimentos



U.S. Air Force photo by Chief Master Sgt. Gary Emery

UMA NOVA LINHA PARA A DEFESA

Comitê criado dentro da Fieg trabalha para instalar em Goiás um polo industrial e de serviços de defesa e segurança, provavelmente em Anápolis

O complexo de defesa e segurança no Brasil movimenta anualmente em torno de 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB), correspondendo a R\$ 201,98 bilhões. É o que aponta o mais recente levantamento sobre o setor, publicado em 2015 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe), sob encomenda da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde). Caso o complexo tenha preservado sua participação, o PIB do setor teria alcançado algo como R\$ 243,0 bilhões no ano passado.

Trata-se de fatia importante o suficiente para passar ignorada e Goiás tenta beliscar pelo menos uma parte desse mercado. Esse é um dos propósitos do recém-criado Comitê de Assuntos de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Comdefesa-GO), que planeja “estimular o desenvolvimento de

um polo industrial e de serviços de defesa e segurança no Estado”, como afirma seu presidente, Anastacios Apostolos Dagios, que também comanda a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) e o Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sinduscon Anápolis).

A consolidação do polo, acredita Dagios, contribuiria para “agregar valor econômico e tecnológico a toda a cadeia produtiva do Estado”. O comitê, instalado em 26 de janeiro e composto por 26 sindicatos do Sistema Fieg, começa a trabalhar para atrair indústrias de base tecnológica e estimular a qualificação de empresas goianas, numa “mobilização industrial para atender às estratégias, assim como à política de defesa nacional”, acrescenta o presidente do Comdefesa.

O processo de constituição do comitê, lembra Sóstenes Arruda, consultor e membro ►

COMPLEXO MILITAR

executivo do Comdefesa, começou a ser discutido há dois anos, numa iniciativa da Acia. “A estratégia que defendemos é a mesma que orientou a mudança da capital para Brasília, na perspectiva das Forças Armadas, e também a que recomenda que a indústria de defesa não pode ficar concentrada no litoral brasileiro, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul”, argumenta Arruda.

Na mesma linha, prossegue ele, Anápolis surge como opção mais estratégica para a instalação do polo goiano de defesa e segurança. “A região tem condições de oferecer alternativa logística mais competitiva, em função não apenas da Base Aérea, mas também do aeroporto de cargas, da futura plataforma logística, das rodovias federais que cruzam a região, da presença das ferrovias Centro-Atlântica e Norte-Sul e do Porto Seco Centro-Oeste, único no País autorizado a movimentar material bélico”, sustenta Arruda.

A unidade dispõe de título de registro concedido pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (DFPC). Isso autoriza o Porto Seco a movimentar armas e munições, produtos químicos voláteis, veículos militares e outros, conforme Arruda.

Adicionalmente, o desenvolvimento binacional de componentes das aeronaves militares de combate Gripen, fabricados pela sueca SAAB e destinados pela Força Aérea Brasileira para Anápolis, e do Sistema de Mísseis Astros (sediados na Base de Artilharia do Exército, em Formosa) transforma Goiás num “ponto natural de convergência da Base Industrial de Defesa. Anápolis é a cidade do Estado que reúne as condições mais vantajosas e seguras”, assinalou o governador Marconi Perillo, na justificativa para o projeto que libera recursos para a realização do seminário técnico Anápolis e a Base Industrial de Defesa.

Além de trabalhar pela instalação do polo, o executivo do Comdefesa acres-

Alex Malheiros



● **Anastacios Dagios, presidente do Comdefesa:** polo de defesa ajudaria a “agregar valor econômico e tecnológico em toda a cadeia produtiva do Estado”

centa que a entidade realizará análises do mercado brasileiro de defesa, buscando traçar um panorama do setor e mapear oportunidades. “A Base Aérea, hoje com mil homens, num exemplo, consome três mil pães por dia. Seu efetivo deverá aumentar para 3 mil homens em breve, triplicando o consumo. Mas todos os pães atualmente são fornecidos por empresas de Brasília. Estamos perdendo a oportunidade de gerar empregos em Anápolis e em Goiás”, segundo Arruda.

Ele lembra que há oportunidades para fornecedores de fardas, botas, capacetes, cintos, alimentos, máquinas, equipamentos, material de informática, veículos e equipamentos de transporte, construção, instalação e conservação de imóveis, serviços em geral e outros. “É inadmissível perdermos um mercado como esse”, exclama o executivo

Corpo a corpo para atrair investimentos

As conversações com setores do complexo de defesa foram iniciadas antes mesmo da criação do Comdefesa. Ainda em julho de 2016, uma missão empresarial goiana participou do Fórum Nacional da



● **Sóstenes Arruda, executivo do Comdefesa:** participação na Fidae, maior feira do setor aeroespacial da América Latina, realizada no Chile

Indústria de Defesa. “Mantivemos contatos diretos com diversas empresas do complexo militar e, na sequência, fomos convidados pela Abimde para uma palestra na sede da entidade, realizada em setembro daquele ano, com participação de três dezenas de empresas do complexo”, detalha Sóstenes Arruda.

Nos meses seguintes, foi desenvolvido um trabalho de estreitamento das relações entre o Estado, Ministério da Defesa e Exército, e de aproximação com empresas do setor. No final de março deste ano, numa

continuidade dos trabalhos iniciados lá atrás, o Comdefesa e representantes do governo do Estado reuniram-se com a diretoria da associação e empresários do setor em São Paulo e participaram de palestra sobre o mesmo assunto na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Em abril, outra missão goiana, capitaneada pelo Comdefesa, participou, entre os dias 3 e 8, da Feira Internacional del Aire y del Espacio (Fidae), a maior do gênero na América Latina, ocorrida na Base Aérea de Pudahuel, em Santiago, no Chile. O comitê marcou presença em estande próprio e desenvolveu um trabalho “corpo a corpo”, na descrição de Arruda, “para mostrar as oportunidades de negócios para a indústria militar em Goiás”.

Um dos atrativos está precisamente na regulamentação recente da alíquota de 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o setor. Conforme Arruda, a alíquota favorece

os setores de aviação e equipamentos de aviação, radares, sistemas de defesa, caminhões e tratores de uso militar, e mesmo sistemas de controle de lançamento de mísseis. Ainda de acordo com ele, o Ministério da Defesa estaria disposto a abrir em Goiás um centro de aquisições do setor militar, assim que fosse regulamentado o regime fiscal para o complexo de defesa e segurança.

IMPACTOS EM CADEIA

Ainda de acordo com estudo da Fipe e Abimde, na média de todos os impactos diretos e indiretos, um incremento de R\$ 10,0 milhões na demanda final dos setores de defesa e segurança produz um aumento entre R\$ 19,4 milhões a R\$ 23,3 milhões em todo o PIB. O trabalho mostra ainda que as participações dos componentes no PIB do complexo da defesa e da segurança “não apresentaram grandes alterações entre 2009 e 2014”, sendo que as atividades de defesa e segurança “responderam pela

maior parcela” com perto de 54% do total no período. Aos componentes indústrias, insumo e serviços e distribuição couberam participações, em média, de 5%, 6% e 35% no PIB do complexo”.

Daqueles R\$ 202,0 bilhões do PIB total do complexo calculado no mesmo trabalho, em valores aproximados, “R\$ 110 bilhões foram referentes às próprias atividades de defesa e segurança”. Em seu conjunto, as principais indústrias diretamente ligadas ao setor movimentaram R\$ 8,1 bilhões, enquanto os segmentos de insumos e de serviços e distribuição responderam por, respectivamente, R\$ 12,5 bilhões e R\$ 71,4 bilhões.

Ainda em 2014, as atividades de defesa e segurança “constituíram o componente com maior crescimento acumulado do PIB (14,8% em relação a 2009)”. Por sua vez, os setores de “indústria, insumos, serviços e distribuição apresentaram crescimento acumulado no período de, respectivamente, 9,0%, 6,7%, e 11,6%”. ♦

RECEPTIVIDADE NA EMBAIXADA DA SUÉCIA

O projeto de implantação do polo de defesa em Anápolis foi apresentado na embaixada da Suécia (foto), em Brasília, no final de fevereiro, pelo Comitê de Assuntos de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Comdefesa-Goiás). O embaixador Per-Arne Hjelmhorn recepcionou a comitiva goiana, liderada pelo vice-presidente do comitê, Wilson de Oliveira, e fez convite para reunião que terá em São Paulo com industriais ligados ao setor de defesa, em que poderá ser apresentado o projeto de Anápolis.



O ESFORÇO PARA ATRAIR EMPRESAS

Fotos: Alex Malheiros



Eduardo Bilemjian Filho: Sinduscon Goiás pretende criar certificação para empresas que adotam sistemas de compliance

Sindicatos das indústrias da construção e de panificação em Goiás ganham novos líderes e se preparam para os novos tempos pós-reforma trabalhista

O ano começou com mudanças pelo menos em 2 dentre os 36 sindicatos da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). Em janeiro, Eduardo Bilemjian Filho assumiu o comando do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon Goiás) e o empresário Marcos André Rodrigues de Siqueira passou a presidir o Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás (Sindipão).

As metas, que guardam algo em comum a despeito dos segmentos diferentes representados, contemplam trabalho ainda mais focado na valorização sindical e na expansão da base

de atuação de cada entidade, capacitação empresarial e desenvolvimento de políticas que permitam enfrentar o novo momento criado a partir da reforma trabalhista, que aboliu o recolhimento obrigatório da contribuição sindical.

“Discutimos muito internamente essa questão e chegamos a um consenso segundo o qual a única forma de atrair empresas e ampliar a nossa base é tornando o sindicato mais atrativo e demonstrando sua importância para o setor”, afirma Bilemjian Filho. A proposta, acrescenta ele, é sensibilizar as empresas da construção (estimadas em quase

5 mil em todo o Estado) com a prestação de serviços diferenciados e trabalho consistente. “Essa é nossa esperança e esse é nosso foco”, sustenta.

Bilemjian Filho, eleito para um mandato de três anos à frente do Sinduscon Goiás, inclui entre suas “metas e desafios” o incremento na prestação de serviços de assistência jurídica, fiscal e trabalhista, assim como a oferta de cursos e palestras para aprimoramento empresarial. O sindicato estuda ainda a contratação de um amplo leque de seguros com a espanhola Mapfre, que já mantém convênio nesta área com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CIBC)

No início de abril, o Sinduscon Goiás realizou um seminário especificamente sobre compliance e, na sequência, deverá implantar internamente um sistema rigoroso de normas de conduta, em parceria com a CBIC. O sindicato pretende ainda estimular as empresas do setor a adotar sistemas de compliance e, mais à frente, desenvolver alguma forma de certificação nesta área, a ser estudada em conjunto com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). “Precisamos analisar com o IEL ainda, mas o princípio é criar um diferencial que traga reconhecimento público para as empresas”, afirma. Nesse sentido, prossegue Bilemjian Filho, “as entidades de classe têm papel importante a desempenhar neste momento, na propagação de normas de conduta e para estimular o engajamento de toda a sociedade nesse processo”. O presidente do Sinduscon Goiás classifica este ponto como um “item de importância fundamental” e defende a ampliação desse movimento. “Precisamos acabar com o jeitinho brasileiro”, pontifica.

Bilemjian Filho antecipa ainda o incremento do trabalho social realizado pelo sindicato e que as empresas do setor também já desenvolvem. A agenda, nesta área, não deverá representar qualquer novidade para as construtoras, afirma ele, pois na maioria “já adotam procedimentos para o desenvolvimento de seus trabalhadores e, portanto, da sociedade de forma mais

ampla, oferecendo capacitação e formação ética para a cidadania”.

Qualificação e parcerias

O trabalho de valorização da entidade e de todo o setor terá continuidade na gestão de Marcos André Rodrigues de Siqueira, eleito em janeiro deste ano para a presidência do Sindipão. Ele faz questão de destacar especialmente o papel desempenhado pelo empresário Luiz Gonzaga de Almeida, fundador do sindicato, em 1988, e seu presidente entre 2005 e 2017. Almeida assume agora o cargo de presidente executivo e continua lidando com assuntos sindicais, reforça Siqueira.

“Vamos trabalhar com honestidade e união, valores que vão nortear os quatro anos da atual gestão”, sustenta. Conquistar mais espaço e ampliar a base sindical, além de manter foco constante nos interesses centrais da indústria goiana de panificação, acrescenta Siqueira, fazem igualmente parte da agenda definida para sua presidência.

“Participo há anos do trabalho sindical e precisamos deixar clara para as empresas do setor a importância de uma entidade forte, porque o sindicato representa o setor frente aos órgãos reguladores e de fiscalização, assim como nas negociações trabalhistas”, continua ele.

Entre outros projetos, os planos de Siqueira incluem uma programação intensiva de cursos de treinamento e qualificação empresarial, além de um reforço nas parcerias, especialmente com o Sebrae Goiás. “Temos de capitalizar de forma mais intensa as oportunidades e o apoio que o órgão oferece às pequenas empresas”, comenta o presidente do Sindipão. Ele lembra, no entanto, que este é um momento novo para todo o mundo sindical, em função das mudanças geradas pela reforma trabalhista, que acabou com a obrigatoriedade da contribuição sindical, entre outras inovações. “Isso apenas reforça a necessidade de mostrar a importância da ação sindical para o empresariado”, acredita ele. ◆



● **Marcos André Rodrigues de Siqueira:** “Vamos trabalhar com honestidade e união, valores que vão nortear os quatro anos da atual gestão”



● Baldy, diretores e equipe do Sindifargo: trabalho para expandir influência e base de associados do sindicato

MAIS E MAIS REFORMAS

Otimista, ministro Alexandre Baldy, presidente licenciado do Sindifargo, prevê retomada dos investimentos neste ano, com abertura de novas fábricas no País

Claudius Brito

Fieg Regional Anápolis (textos e fotos)

A simplificação tributária, a reforma da Previdência e outras “que fortalecem o crescimento econômico nacional” deverão estar sob o foco do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), sustenta o ministro Alexandre Baldy, das Cidades, presidente licenciado da entidade. Otimista, ele espera que o ano seja marcado pela volta dos investimentos em todo o País, o que significará, em sua leitura, “abertura de novas indústrias, expansão das já existentes e aumento na produção e nas vendas”.

Goiás Industrial – Mesmo licenciado, qual é a expectativa do senhor quanto aos trabalhos da nova diretoria do Sindifargo?

Alexandre Baldy – Temos um interesse especial em acompanhar de perto os trabalhos desenvolvidos e temos confiança

na experiência e capacidade do nosso presidente em exercício, Heribaldo Egídio, que já esteve no comando da entidade antes e, por isso, possui total sintonia com nossas demandas. Além de ter no Sindifargo uma base sólida do início da minha vida política, na defesa de nossas bandeiras, também reconheço o sindicato como um pilar do desenvolvimento de Goiás e do Brasil. O crescimento do segmento fármaco em nosso Estado passa diretamente pela atuação da entidade e, por isso, o sucesso da nossa diretoria, que tem capacidade e conhecimento profundos sobre as reivindicações e metas, é o êxito de todo um setor. A expansão das nossas influências e representatividade como entidade refletem na sociedade, como o aumento dos investimentos, aquecendo a economia e gerando empregos.

“**A PARTIR DESTA ANO, VEREMOS A ELEVAÇÃO DOS INVESTIMENTOS, PROMOVENDO A ABERTURA DE NOVAS INDÚSTRIAS, A EXPANSÃO DAS JÁ EXISTENTES E UMA AUMENTO NA PRODUÇÃO E NAS VENDAS**”

Goiás Industrial - Qual deve ser o foco principal do trabalho desta diretoria?

Baldy - Acredito que, em geral, é continuar defendendo nossas bandeiras classistas, como a simplificação tributária, que é uma premissa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a reforma da Previdência e todas as reformas que fortalecem o crescimento econômico nacional, permitindo mais investimento e o crescimento de plantas industriais em Goiás. Em um plano específico, temos a missão de ampliar nossa participação classista, promovendo atuação ainda mais abrangente nas demandas do segmento farmacêutico. Vamos integrar ainda mais as empresas e seus colaboradores, criando uma agenda de treinamentos, cursos e trazendo a todos os interessados no tema informações que nos coloquem na vanguarda do setor. Temos compromisso com o desenvolvimento sustentável, com o meio ambiente e com a constante modernização dos processos, dos recursos humanos às tecnologias industriais.

Goiás Industrial - Quais as perspectivas do senhor, em relação ao crescimento da indústria farmacêutica este ano?

Baldy - As perspectivas são as melhores porque vejo otimismo no empresariado. Vejo a retomada da esperança e da confiança no governo através de políticas austeras e necessárias para promover o

aquecimento da economia. O crescimento voltou ao Brasil e hoje o trabalhador está mais confiante, o empresário está mais confiante, o que faz com que o País entre em um novo clima e, logo, numa nova agenda. A partir deste ano, veremos a elevação dos investimentos, promovendo a abertura de novas indústrias, a expansão das já existentes e um aumento na produção e nas vendas. Toda a cadeia farmacêutica deverá ser reaquecida, a exemplo do que temos visto em todas as áreas. O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) é a comprovação desta nova política econômica. A tendência é de que o otimismo se traduza em oportunidades a todos.

Goiás Industrial - Qual é a mensagem que o senhor deixa para a diretoria?

Baldy - A mensagem que deixo aos meus amigos e parceiros do Sindifargo é de renovação da nossa antiga parceria pelo desenvolvimento do setor, criando um cenário ainda mais favorável para que nós, como empresários, cumpramos nosso papel social, que é o gerar empregos, qualidade de vida e cada vez mais oferecer melhores produtos ao consumidor. Ao mantermos nosso caminho ético e o foco no trabalho, damos nossa contribuição para Goiás, para Anápolis, onde está nosso principal polo, e para o Brasil. Será um ano de desafios e de muito trabalho, mas reunimos condições de vencer todas as demandas de nossa agenda.

UM MINISTRO NO SINDICATO

O ministro das Cidades, Alexandre Baldy, abriu sua agenda para participar da primeira reunião ordinária de 2018 do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), na sede da empresa GeoLab, no Distrito Agroindustrial de Anápolis, no início da noite do dia 7 de fevereiro. Baldy foi eleito presidente do Sindifargo e licenciou-se do cargo ao assumir lugar no ministério de Michel Temer. O vice-presidente, empresário Heribaldo Egídio, estará no exercício da presidência durante o período de licença.

O ministro foi recepcionado na GeoLab pelos diretores Georges Hajjar e André Hajjar e pela diretoria do Sindifargo. Durante a reunião, ele abordou uma série de assuntos de interesse do setor, dentre eles, a convalidação dos incentivos fiscais e seus desdobramentos, a alteração nos dispositivos de desoneração da folha e, também, o apoio ao sindicato em questões relevantes, como, por exemplo, a regularização de áreas e o licenciamento ambiental no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia).

Baldy afirmou que o Ministério das Cidades tem atuado forte-



● **Primeira reunião ordinária da diretoria no ano: busca de parcerias robustas nas áreas de pesquisa e inovação**

mente para atender a demandas de Anápolis e do Estado, dentro das atribuições de sua pasta. Ele destacou conquistas importantes para o setor produtivo, como a questão da convalidação dos incentivos fiscais e a modernização da legislação trabalhista.

Antes da chegada do ministro, Egídio e o presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares, conduziram a reunião da diretoria, tratando de assuntos administrativos e projetos que a entidade vem desenvolvendo, incluindo parcerias robustas para trazer ferramentas e conhecimentos na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação e também de qualificação de profissionais no setor. ◆

PROTAGONISMO E SINDICALISMO DE RESULTADOS

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) contabiliza resultados de duas gestões com a busca de foco na excelência e inovação

A representação sindical da indústria farmacêutica em Goiás passa por um ciclo virtuoso de conquistas, fruto do protagonismo dos empresários e dos profissionais que atuam no setor. Essa é a primeira constatação que se pode ter a partir da leitura do balanço parcial das duas últimas gestões da entidade (2013 a 2015 e 2015 a 2017), lideradas pelo presidente do conselho administrativo, Heribaldo Egídio, e pelo presidente executivo, Marçal Henrique Soares.

Segundo eles, um dos pilares do trabalho da entidade tem sido provocar os empresários e os profissionais das indústrias farmacêuticas a exercer seu protagonismo para o fortalecimento do setor representado e da própria entidade. Dentro desse viés, foram criados seis grupos de excelência, com participação ativa de representantes profissionais de todas as indústrias, para tratar, cada um, de assuntos específicos e de alta relevância para o segmento.

De acordo com Egídio e Soares, o Sindifargo, pelas imposições do mercado



● **Heribaldo Egídio e Marçal Soares: seis grupos de excelência contemplam a participação de profissionais de todas as indústrias**

e do setor regulado, ampliou seu raio de atuação e, hoje, trabalha em sintonia com 11 entidades, sendo 5 de representatividade regional e 6 de representatividade nacional, somente dentro do setor, além da participação ativa na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e no Sistema Fieg. Egídio, inclusive, preside o Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fieg, que cumpre papel importante de estímulo à modernização do parque industrial goiano.

Somente no ano passado, o Sindifargo trouxe duas vezes a Anápolis o presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa, e vários técnicos da agência, com o objetivo de ampliar o diálogo entre a indústria e o órgão regulador. A entidade foi protagonista na criação da Câmara Setorial de Medicamentos (Casmed) e do Fórum de Inclusão no Mercado de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Reabilitados no INSS (Fimtpoder).

Em números, somente no ano de 2017, foram contabilizados nada menos que 260 representações presenciais em reuniões técnicas e setoriais, fóruns, audiências

públicas, seminários, dentre outros, em Anápolis, Goiânia, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Pará. Foram 12 convenções coletivas com três representações laborais, nos últimos quatro anos. Também em 2017, foram expedidas 1.015 expedidas correspondências para mais de 100 mil beneficiários; 3.267 correspondências recebidas e mais dezenas de cursos, treinamentos, capacitações, workshops e palestras realizados. A entidade trabalha de forma sistemática com planejamento estratégico e financeiro atualizado; faz regularmente suas prestações de contas e, também, produz relatórios de mercado.

“Nosso balanço é altamente positivo. Temos uma entidade que é uma referência e uma voz ouvida e respeitada no setor”, comemora Egídio, que está no exercício interino da presidência na gestão 2017/19, em razão do licenciamento do presidente eleito, ministro das Cidades, Alexandre Baldy. O Sindifargo, antecipa ele, está preparando o lançamento de um livro, que irá contar a história da indústria farmacêutica de Goiás. **[Claudius Brito]** ◆

Quem é quem na atual diretoria

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga
Presidente do Conselho Administrativo –
Licenciado

Heribaldo Egídio da Silva
Primeiro Vice-Presidente – *Presidente Interino*

Marçal Henrique Soares
Presidente Executivo

José Alves Filho
Segundo Vice-Presidente

Amaury Miranda Esberard
Diretor Administrativo

Marcelo Reis Perillo
Diretor Financeiro

Suplentes
José Alberto da Luz Mota
Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia

CONSELHO FISCAL

Efetivos:
Melchíades da Cunha Neto
Eduardo Gonçalves
Jean Carlos de Alvarenga

Suplentes:
Jairo de Melo

André Luiz Hajjar
Gustavo Silveira Braga

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FIEG

Efetivos:
Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga
(licenciado)
Heribaldo Egídio da Silva

Suplentes:
Amaury Miranda Esberard
Marcelo Reis Perillo



● **Bons tempos e vacas magras:** estrutura para movimentação de contêineres continua agora ociosa no Porto Seco

ESSE BONDE JÁ PASSOU?

À espera da Ferrovia Norte-Sul e da retomada dos serviços de contêineres pela VLI, Goiás pode perder o papel de centro logístico do País, alerta Lúcia Vânia

As negociações para a retomada dos serviços de transportes de contêineres entre Anápolis e Sumaré, na região metropolitana de Campinas (SP), envolvendo a VLI, controladora da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., Porto Seco Centro-Oeste, Fieg, governo do Estado, lideranças políticas e clientes corporativos potenciais, ainda esbarravam em questões comerciais, mas o debate em torno da para-

lisação sugere conflitos que parecem ir além, atingindo a própria regulação do setor.

Paralisado desde novembro pela VLI, o serviço não havia sido retomado até a terceira semana de março e ameaçava entrar no sexto mês de interrupção. Ao longo desse período, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pela regulação também do setor ferroviário, não se manifestou oficialmente, reclamou a senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), durante reunião promovida no final de fevereiro pela Fieg e por seu Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra). O temor do setor produtivo, expresso por ela, é de que o transporte de contêineres seja abandonado de vez. A senadora lembrou, por exemplo, a extensão dos trechos ferroviários devolvidos pelas concessionárias, abandonados ou com baixa utilização em todo o País.

O encontro na Fieg colocou frente a frente representantes da VLI e empresários, além da senadora. Participaram os presidentes da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e ►

Alex Malheiros



● **Lúcia Vânia:** “As agências (reguladoras) estão aparelhadas por políticos ou por empresas dos setores que deveriam ser regulados”

do Coinfra, Célio Eustáquio de Moura, o diretor da VLI, José Osvaldo Cruz, e o gerente geral comercial da empresa, Diego Zanela, o diretor de operações do Porto Seco Centro-Oeste, Everaldo Fiatkoski, o assessor técnico do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea-GO), Antônio de Pádua Teixeira, o assessor da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Pedro Arantes, e representantes dos setores industrial e do agronegócio.

A paralisação do serviço até então prestado pela VLI e a inação da ANTT tornaram-se ponto simbólico nas críticas que a senadora passou a endereçar a todo o sistema de regulação instalado em Brasília. “As agências (reguladoras) estão aparelhadas por políticos ou por empresas dos setores que deveriam ser regulados”, afirmou, lembrando que o Senado discute projeto para aprimorar a atuação daquelas agências e supostamente evitar o aparelhamento. Lúcia Vânia argumentou que Goiás vem perdendo o “papel de centro estratégico do País na logística, que vai se deslocar para Mato Grosso”, num movimento atribuído também à representatividade política conquistada pelo Estado vizinho nos últimos anos. “Por falta de planejamento estratégico, de entrosamento e mesmo por passividade, estamos perdendo o bonde dentro de nossa região”, sustentou ainda.

Pedro Alves ressaltou o empenho da federação para a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, lembrando a importância da modal para o Estado e todo o Centro-Oeste. “Precisamos viabilizar a retomada da operação da VLI e temos de ser parceiros nessa causa, negociando uma solução que atenda a todos”, afirmou.

MALHA ABANDONADA

O histórico recente do setor parece dar razão à queixa inicial da senadora, justificando ainda os temores de parte do empresariado goiano. Pesquisadores da



Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Regional de Blumenau (Furb) sustentam que pouco mais de um décimo da malha ferroviária (3 mil quilômetros de um total 28 mil quilômetros de vias sob concessão até 2015, data base do trabalho) “estão plenamente utilizados”, outros 7 mil quilômetros transportam menos do que poderiam, em torno de 45% registram a passagem de menos de uma composição por dia e praticamente um quarto (ou mais de 5,5 mil quilômetros) foi abandonado pelas concessionárias. “Para o Ministério Público Federal, a extensão da malha onde não se oferecem mais serviços de transporte de carga é de 16 mil quilômetros, o que representa aproximadamente 57% da malha concedida”, acrescentam os pesquisadores. Considerando a malha atual, com extensão de quase 29,1 mil quilômetros, isso significa que em torno de 55% dela estariam ociosos.

Negociações avançam. Mas...

O diálogo entre a operadora logística e o setor empresarial ganhou maior intensidade desde o encontro na Fieg, embora o transporte de contêineres não tenha sido retomado no prazo esperado pelas partes. Durante a edição deste ano da Intermodal South America, considerado o maior

evento de logística, transporte de cargas e comércio exterior da América Latina, entre os dias 13 a 15 de março, em São Paulo, o Porto Seco Centro-Oeste acelerou as conversações com a própria VLI e com três empresas exportadoras interessadas em participar da operação logística, em fase de remontagem neste momento.

Segundo o diretor da VLI, José Osvaldo Cruz, e o gerente geral comercial da empresa, Diego Zanela, a operadora já teria deslocado material rodante para Anápolis e estaria com “tudo pronto, operacionalmente”, para retomar o transporte de contêineres ainda em março. Durante a reunião ocorrida na Casa da Indústria, em 22 de fevereiro, Zanela acrescentou que o passo seguinte seria estabelecer um acordo com donos das cargas, com o “desenho de uma solução que seja mais atrativa para o mercado”. A formatação anterior, completou Cruz, “não permitiria ter sucesso nessa questão”.

A “mudança conceitual” colocou sob a mesa um novo modelo logístico, o que ajudou a destravar as conversas, mas ainda precisaria ser melhor detalhado, com a definição mais clara de responsabilidades entre as várias partes envolvidas. No modelo anterior, por exemplo, a VLI respondia também pela locação ou arrendamento dos contêineres, o que deixará de ocorrer. Por isso, a Porto Seco Centro-Oeste negocia



● **José Osvaldo Cruz:**
VLI diz que está com toda
parte operacional pronta
para retomar transporte
de contêineres

com empresas dedicadas à comércio exterior a possibilidade de fornecimento de contêineres para a operação em Anápolis.

No mercado de frete marítimo, aponta Everaldo Fiatkoski, diretor de operações da Porto Seco, o armador, dono do navio, em geral coloca os contêineres à disposição das exportadoras, por um prazo definido, sem custos adicionais. Concluída com sucesso, essa negociação cobriria um dos pontos, mas seria preciso acomodar todos os demais componentes – incluindo a contratação de caminhões para atender aos pontos intermediários do trecho ferroviário até Sumaré, as chamadas “pontas ferroviárias”, o transbordo das cargas entre os dois modais e principalmente captar clientes para o serviço, o que dependerá, neste último caso, do apetite comercial da VLI.

Resumidamente, complementa Fiatkoski, “será necessário reconstituir toda a cadeia logística, acomodar todos os componentes e estabelecer uma equação de custos que seja competitiva para todos e especialmente inferior ao custo do frete rodoviário puro”. Ele acredita que abril talvez seja um prazo mais razoável para o reinício do serviço da VLI, que passará a responder exclusivamente pelo transporte ferroviário. “Temos hoje toda uma estrutura ociosa no Porto Seco, pronta para retomar a operação”, afirma ainda.

MOVIMENTAÇÃO DESABA EM GOIÁS

“Precisamos de parceiros para que a multimodalidade ocorra, dentro de uma perspectiva otimista de retomada do transporte de contêineres”, afirmou Diego Zanela, gerente da VLI, aos empresários reunidos na Fieg em fevereiro. A movimentação de contêineres em Goiás, disse ele, vinha apresentando recuo há dois anos e, no ano passado, a tendência agravou-se devido a “problemas de mercado”, o que levou à paralisação do transporte por um cliente importante da operadora. Na visão de empresários presentes ao encontro, teria faltado igualmente sensibilidade

comercial para atender ao mercado e capturar clientes.

De uma forma ou de outra, os números informados pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), operada pela VLI, à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) mostram queda vertical na movimentação de contêineres em Goiás. Entre 2010 e o ano passado, houve recuo de 35,9% em toda a malha da FCA, saindo de 521,24 milhões de toneladas por quilômetro útil (TKU) para 333,85 milhões. Goiás contribuiu em mais de dois terços para essa queda, embora o Estado respondesse, no início da década, por 24% de toda a movimentação de contêineres da FCA.

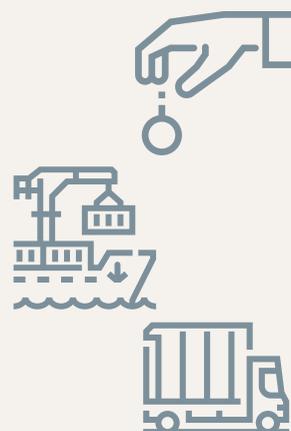
Os volumes transportados no Estado pela operadora, sempre considerando apenas contêineres, desabaram de 125,74 milhões para apenas 5,81 milhões de TKU entre 2010 e o ano passado, num tombo de 95,4%. Isso causa estranheza não apenas pelo seu tamanho, mas especialmente pelo fato de a economia goiana ter registrado, no período, desempenho superior à média brasileira. Em valores nominais, o Produto Interno Bruto (PIB) estimado para Goiás teria acumulado alta de 77,9% entre 2010 e 2017, diante de variação de 68,8% para o PIB brasileiro. ►

LADEIRA ABAIXO

(Movimentação de contêineres pela Ferrovia Centro-Atlântica a partir de Goiás, valores em milhões de toneladas por quilômetro útil – TKU)

Ano	TKU (milhões)	Varição (%)
2010	125,738	+30,3
2011	84,411	-31,3
2012	91,741	+6,2
2013	65,735	-28,4
2014	53,963	-17,9
2015	52,721	-2,3
2016	31,340	-40,6
2017	5,810	-81,5

Fonte: ANTT



ANTT reduz previsão de carga

A VLI deverá participar do leilão para concessão do trecho entre Porto Nacional (TO) e Estrela D'Oeste (SP) da Ferrovia Norte-Sul (FNS), num trajeto de 1.537 quilômetros, e espera que o negócio seja realizado ainda neste ano, segundo José Osvaldo Cruz, diretor da operadora. A Russian Railways (RZD), uma das três maiores operadoras globais do setor ferroviário, com ativos de US\$ 71,7 bilhões, também deverá participar, mas não se sabe se a MRS, a Rumo e grupos chineses de infraestrutura e logística deverão disputar o certame.

A eventual participação da VLI no leilão, de acordo com Cruz, “pressupõe investimentos para captar cargas do agropêlo”. Neste caso, a região de Anápolis enfrenta um problema logístico que precisará ainda ser solucionado. As conexões ferroviárias que poderiam direcionar parte da produção de grãos do leste de Mato Grosso e do oeste baiano até a Ferrovia Norte-Sul ainda estão em fase de projeto. Isso inclui as ferrovias de Integração Oeste-Leste (Fiol), entre Ilhéus (BA) e Figueirópolis (TO), onde se ligará à FNS, e de Integração Centro-Oeste (Fico), entre Campinorte (GO) e Vilhena (RO). Além disso, a produção goiana de grãos do Sudoeste, maior região produtora do Estado, desce por caminhão para os portos do Sul e do Sudeste do País.

“Não chega grão a Anápolis”, afirma Cruz. Será preciso construir os canais para levar cargas agrícolas até lá e a atratividade do tramo central da FNS “vai depender dessa solução”, alerta Cruz. Mais do que isso, será necessário fixar regras firmes e transparentes para o direito de passagem dos usuários da FNS nos trechos ferroviários que levam até os portos, sustenta Antônio de Pádua Teixeira, assessor técnico do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea-GO).



● **Rumo a lugar algum:** Norte-Sul ainda depende de vias de acesso aos portos e conexões com outras ferrovias e modais

O plano de outorga, divulgado em 16 de março pela ANTT, reduziu em quase um terço o valor estabelecido para a subconcessão, fixando o valor mínimo da outorga do trecho em R\$ 1,097 bilhão, num corte de R\$ 534,932 milhões em relação ao valor antecipado em julho de 2017, na faixa de R\$ 1,632 bilhão. Oficialmente, o ajuste ocorreu para acomodar os investimentos que o vencedor do leilão terá de fazer para completar o trecho sul da subconcessão, completando a ligação entre Ouro Verde (GO) e a cidade paulista.

A Valec já completou 93,3% do investimento total no tramo sul, estimado em R\$ 5,5 bilhões. Restariam R\$ 175,79 milhões em obras remanescentes, algo como 6,3% de todo o investimento que a nova concessionária se obrigará a fazer na via durante os 30 anos da concessão, valor fixado em R\$ 2,789 bilhões no plano de outorga, dos quais 74,2% referem-se a compra de material rodante (locomotivas, vagões e outros), prevista em R\$ 2,069 bilhões. O valor do investimento soma benefícios e despesas indiretas (BDI), o que inclui impostos e

DEMANDA PROJETADA

(Ferrovia Norte-Sul, tramo central de Ouro Verde a Estrela D'Oeste, em milhões de toneladas)

Ano	Cenário tendencial*	Cenário base**	Cenário conservador**	Cenário tendencial/cenário base
2017	0,60	1,40	1,20	42,9%
2020	1,70	9,30	8,40	18,3%
2025	12,11	13,60	12,30	89,0%
2030	15,06	22,20	17,10	67,8%
2035	16,22	35,50	18,80	45,7%
2040	18,70	40,50	20,10	46,2%
2045	20,41	43,20	22,90	47,2%
2050	21,56	45,80	24,40	47,1%
2055	22,73	-	-	-

(*) Projeções do plano de outorga publicado em fevereiro de 2018

(**) Projeções apresentadas na audiência pública realizada em São Paulo pela ANTT em julho de 2017

Fonte: ANTT

INVESTIMENTOS PREVISTOS

(Valores em R\$ milhões, nos 30 anos da concessão)

Item	Total sem BDI/ REIDI*	Total com BDI e REIDI	Proporção
Investimento total	3.013,04	2.788,76	100,0%
Passagens em nível	24,059	24,059	0,9%
Passagens inferiores	2,771	3,232	0,1%
Linhas de transmissão	6,579	7,673	0,3%
Serviços gerais	8,595	10,024	0,4%
Instalações fixas	8,329	9,714	0,3%
Pátio Estrela D'oeste	11,386	11,079	0,4%
Detectores de descarrilamentov	3,783	3,742	0,1%
Sistema de licenciamento e sinalização	93,522	93,654	3,4%
Equipamentos e material rodante para manutenção e atendimento de acidentes	176,664	160,323	5,7%
Material rodante para o transporte ferroviário	2.280,14	2.069,23	74,2%
Instalações fixas	228,493	228,493	8,2%
Obras remanescentes Valec	175,798	175,798	6,3%

(*) Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), incluindo impostos e lucros; Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que prevê isenção de contribuição ao PIS/Pasep e Cofins
Fonte: ANTT

lucros, entre outros itens; e desconta a isenção de contribuição ao PIS/Pasep e ao Cofins prevista no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) na data-base de dezembro de 2017.

A conta do investimento devido pela futura operadora manteve-se praticamente nos mesmos níveis antecipados pela agência em julho do ano passado (R\$ 2,761 bilhões), mesmo com o acréscimo de obras que a Valec não irá concluir, o que parece tornar desproporcional a redução aplicada ao valor da outorga. A comparação pode sugerir a possibilidade de um retorno mais rápido e a taxas maiores do que aquela embutida no projeto, que considera uma taxa interna de retorno de 11,04%.

Da mesma forma, depois de receber 117 manifestações durante a fase de

● **Polo de cargas em Santa Helena: Valec espera entregar as obras até setembro, num investimento previsto em R\$ 78,2 milhões**



audiência pública, que originaram 863 contribuições catalogadas e analisadas por sua área técnica, a ANTT reduziu o volume de cargas projetado para a subconcessão, ao contrário do que esperava o setor produtivo em Goiás. Em 2050, tomando o cenário conservador considerado pela agência em julho de 2017 para definir a outorga, o trecho entre Ouro Verde e Estrela D'Oeste deveria movimentar 24,4 milhões de toneladas, volume reduzido em 11,6%, para 21,56 milhões de toneladas, menos da metade das 45,8 milhões de toneladas previstas no cenário base.

VISITA TÉCNICA

A Fieg e Valec Engenharia, Construções e Ferrovias realizaram em fevereiro visita técnica ao Polo de Cargas do Sudoeste de Goiás, próximo a Santa Helena, com participação de empresários de Goiânia, Itumbiara, Rio Verde. O terminal, ainda em fase de construção pela empresa, terá área total de 94 hectares, num investimento previsto em R\$ 78,2 milhões. As obras deverão estar concluídas em setembro, conforme o diretor de operações da Valec, Marcus Almeida. A área deverá ser dividida em cinco ou seis lotes que serão licitados para operadoras logísticas, tradings e indústrias. ◆



● **Marley Rocha:** retomada de investimentos na indústria dependerá de sinais mais fortes de recuperação dos negócios no setor da construção



● **Goiarte:** uma empresa com vocação para a modernização e o crescimento desde sua criação, há 57 anos

Fotos: Alex Malheiros

DO ASFALTO ÀS OBRAS INDUSTRIAIS

Goiarte começou produzindo tubos, blocos, meio fio e ladrilhos para calçadas e agora tem planos para ampliar sua operação no setor industrial, com uso de fábricas móveis

Nelson Geraldo Fernandes trabalhava para uma construtora paulista e desembarcou em Goiânia entre o final da década de 1950 e o comecinho dos anos 1960 para coordenar as obras de pavimentação a cargo de sua empresa e contratadas pelo governo de Goiás. Fernandes constatou que não havia fabricantes de tubos para galerias pluviais e, com sua visão de mercado, percebeu ali uma possibilidade de negócio. No primeiro dia de 1961 nasce a Goiarte, que passou a produzir, além de tubos, meio fio e ladrilhos para calçadas. E dedica-se agora, 57 anos mais tarde, a ampliar sua carteira de projetos no segmento de obras industriais.

Ainda no começo dos anos 1980, recorda o empresário Marley Rocha, um dos sócios atuais da empresa, Fernandes perdeu a esposa, casou-se novamente e decidiu voltar para São Paulo, fixando-se em uma cidade do interior e deixando a empresa, àquela altura já consolidada no mercado goiano, nas mãos de um de seus filhos. Av esta altura, já formado em engenharia elétrica e com um

curso de computação pela IBM, Rocha entrou para a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (Codeg), que depois se tornaria Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás (Emcidec) e, em 1999, passaria a chamar-se Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás (Prodago). “Fiquei 14 anos no setor público. Fui gerente de desenvolvimento da Emcidec, elaborei um plano de informatização para o governo e cheguei a participar da administração do ex-governador Henrique Santillo”, relembra o empresário.

Em 1991, Rocha e o primo Mário César (da César Transportes), que trabalhava à época com transportes e montagem industrial, chegaram a constituir a empresa CRM e conseguiram um terreno no Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (Daiag). Ainda na fase de estruturação da empresa, no entanto, Rocha identificou oportunidade num anúncio de venda de máquinas publicado em jornal local pela Goiarte. “Falamos com um dos filhos sr. Nelson e ele nos disse que não só



as máquinas estavam à venda, mas também a empresa”. Rocha, Mário e Nilton César e Sérgio Ávila, sócios originais no negócio, compraram não só os equipamentos, mas também a marca Goiarte, depois de negociação direta com Nelson Fernandes. Em 13 de abril de 1992, os quatro assumiram o controle da Goiarte, alugando o espaço de 10,6 mil metros quadrados que a empresa ocupava então na Avenida Bernardo Sayão, no Setor JFama, em Goiânia.

A área abrigava um galpão industrial, o prédio da administração e um salão de vendas. “Com a consultoria da ABCP (Associação Brasileira de Cimento Portland)”, recorda-se Rocha, “reestruturamos toda a empresa e fizemos um plano de investimento para o terreno no Daiag, que tinha 29,6 mil m²”, segundo o empresário.

Certificação e qualidade na produção

Durante certo período, a Goiarte operou nos dois locais (na Fama e no Daiag), enquanto investia na infraestrutura da fábrica em Aparecida de Goiânia, envolvendo terraplenagem, construção de um prédio para o setor administrativo da empresa e infraestrutura elétrica, entre outros, e na aquisição de máquinas para fabricação de tubos e de pisos de alta resistência, com recursos da Finame (BNDES) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

“Em 1997, desativamos a indústria na Fama e trouxemos a parte administrativa para Aparecida”, diz Rocha. A parte comercial foi mantida no mesmo local até 1999, quando foi transferida para a Avenida Z, no Setor Aeroporto (atual Dr. Ismerino S. Carvalho), num imóvel alugado, onde foi montado o novo showroom da Goiarte. Em 2005, o showroom foi transferido para o espaço atual na Avenida T-1, entre as avenidas T-9 e T-10, no Setor Bueno.

Naquele mesmo ano, a planta da Goiarte, que produzia blocos, pisos, ladrilhos, paver (piso para calçadas), aduelas para bueiros, passou a incorporar uma unidade para fabricação de estruturas, incluindo em sua carteira construções pré-moldadas, pilares e vigas, entre outros. Isso permitiu que a empresa passasse a disputar contratos para obras industriais em outras regiões do País. A carteira inclui obras em Porto Nacional (TO), São Luís (MA), Barcarena (PA) e, mais recentemente, Catalão (GO) e Sinop (MT). A estrutura de negócios montada para atender ao segmento de obras industriais contempla duas fábricas móveis, o que permite a produção e montagem das peças estruturais da obra, fundações e mesmo pavimentação no próprio canteiro de obras.

A crise recente, que atingiu mais duramente o setor da construção como um todo, fazendo o crédito praticamente desaparecer, adiou projetos e investimentos. A Goiarte, relata Rocha, espera sinais mais sólidos de uma retomada na economia para investir em uma terceira fábrica móvel de estruturas pré-fabricadas, o que exigiria, hipoteticamente, um investimento ao redor de R\$ 4,0 milhões. A unidade adicional permitiria mais fle-

xibilidade na operação, abrindo espaço para a realização de mais de uma obra simultaneamente.

Rocha aponta que o desempenho do setor no ano passado foi ligeiramente melhor e anota, neste ano, alguma reação, mas, sublinha, “será uma recuperação lenta porque o crédito ainda não voltou a crescer, o desemprego ainda é elevado” e as eleições são motivo de insegurança. Declarando-se “esperançoso, mas com cautela” em relação a 2018, o empresário prefere esperar um pouco mais, inclusive em função das negociações já encaminhadas pela Goiarte, para pensar em novos projetos, que poderão incluir, além da fábrica móvel, investimentos nas unidades de fabricação de blocos e pisos igualmente.

Atualmente, Rocha divide a sociedade na empresa com o empresário Sérgio Ávila. Ele lembra que a Goiarte é a única empresa em sua área no Centro-Oeste credenciada pelo Ministério das Cidades no âmbito do PBQP-H para vender para obras financiadas pela Caixa Econômica Federal, possui também selo de qualidade para blocos de concreto para alvenaria e blocos de concreto para pavimentação (paver). ◆

● **Antes da expansão: fábrica de blocos poderá receber mais recursos e novos equipamentos se os negócios continuarem melhorando em ritmo mais firme**



NANOTECNOLOGIA PARA COSMÉTICOS

Cosmefar aposta na biodiversidade regional e em alta especialização para se posicionar como empresa de base tecnológica no Centro-Oeste

A Cosmefar Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., instalada no Parque Industrial José de Alencar, em Aparecida de Goiânia, desde 2011, há dois anos apostou na terceirização para colocar sua produção no mercado, mas tem planos bem mais ambiciosos. A proposta, já em fase de execução, é “posicionar a Cosmefar como uma empresa de tecnologia no Centro-Oeste”, sustenta o farmacêutico Guilherme Alves Ferreira, diretor de produção da companhia, com mestrado em micro e nano-emulsões pela

Universidade Estadual Paulista (Unesp) e especialização em marketing pelo Instituto de Pós-graduação e Graduação (Ipog).

Em parceria, Ferreira e o amigo Nichollas Serafim, doutor em química pela Universidade de Brasília (UnB), desenvolveram para a Cosmefar três nanotecnologias inovadoras, com uso da biodiversidade regional. Os dois pesquisadores trabalharam com manteiga de mururu, carité, bacuri e também óleo de coco para criar um núcleo de nanopartículas lipídicas sólidas, agregando ainda substâncias ativas, como vitaminas C, A ou E, para processar inicialmente três produtos, um para reconstrução capilar, o segundo para hidratação e condicionamento dos cabelos e um terceiro para clareamento facial.

“A nanopartícula consegue prolongar o tempo de liberação do produto e permite uma permeação melhor”, esclarece Ferreira. O lançamento está previsto para abril, nos

produtos da marca Cristaly Cosméticos, de Cuiabá, um dos clientes da Cosmefar, que aprovou o uso dos produtos para reconstrução capilar, que atua na reconstituição de cabelos que passaram por processos químicos de tintura, descoloração ou escova progressiva, e também do cosmético para hidratação capilar. A goiana Tulipia Cosméticos também aprovou a nanopartícula Nano Acids que ingressará em sua linha de produtos a partir de abril.

Ferreira coloca a Cosmefar entre “uma das empresas pioneiras no Brasil” no desenvolvimento de nanotecnologias próprias, aplicadas ao setor de cosméticos. E não vai parar por aqui. A empresa planeja iniciar em abril pesquisas para desenvolvimento de duas moléculas totalmente novas, utilizando como rota tecnológica a síntese química. Ferreira espera fazer o depósito das patentes das novas moléculas até o final deste ano, por isso a necessidade de manter todo o processo sob sigilo. “As novas substâncias terão aplicação na área cosmética, igualmente na linha capilar”, limita-se a comentar. “Até o final do ano, conseguiremos trabalhar no desenvolvimento de mais dez nanopartículas sólidas na empresa”, antecipa.

Atualmente com duas dezenas de funcionários, a Cosmefar especializou-se no mercado de terceirização, fornecendo aos clientes não apenas produtos de alta tecnologia, mas igualmente inteligência de mercado, consultoria no desenvolvimento de produtos, na modelagem do negócio, formação de preços, marketing e publicidade. A terceirização, observa Ferreira, permite que uma empresa do porte da Cosmefar esteja presente em mercados diferentes, cobrindo todo o País, acumulando informação de mercado em função dessa capilaridade, “sem precisar desenvolver um canal próprio de vendas”, acrescenta. ♦



Alex Malheiros

● **Nichollas Serafim e Guilherme Ferreira: produtos para reconstrução capilar, hidratação e clareamento facial com nanotecnologia embutida**



● Fábrica da Can-Pack em Itumbiara: inauguração oficial está marcada para 23 de abril

INVESTIMENTO POLONÊS EM ITUMBIARA

Grupo Can-Pack investe R\$ 440,0 milhões para instalar sua terceira fábrica no Brasil, em operação desde o final do ano passado



A polonesa Can-Pack, fabricante de embalagens de alumínio, com fábricas em 11 países, uma joint-venture nas Filipinas e produção de outras embalagens em mais cinco países, colocou em operação no final do ano passado sua mais nova unidade brasileira, instalada em Itumbiara, num investimento de aproximadamente R\$ 440,0 milhões. A previsão é atingir a capacidade máxima da planta até o final deste ano, segundo anunciou Paulo Dias, CEO e diretor executivo da Can-Pack Brasil, durante visita ao presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, em fevereiro.

A escolha de Itumbiara está relacionada principalmente ao rápido crescimento apresentado pela região, conforme Dias, e ao “fácil acesso a diversas fábricas dos principais

clientes”. Ele acredita que há “um grande potencial de crescimento na região” e afirma que, “até agora, nossas vendas superaram o esperado”. Os principais mercados da nova fábrica do grupo serão os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal. Mas, em casos mais específicos, “relacionados ao tamanho das latas e outras inovações”, sublinha o executivo, será possível alcançar “partes de São Paulo e do Paraná”.

Segundo Dias, a fábrica será inaugurada oficialmente em uma cerimônia a ser realizada em 23 de abril, “com a presença dos representantes da alta administração do grupo, não só do Brasil, mas também da Polônia e de outros países europeus e dos Estados Unidos”, além de autoridades estaduais e do município. ►

representantes do setor industrial, clientes e fornecedores.

A planta de Itumbiara, a terceira do grupo polonês no País, abriga duas linhas de produção de latas de alumínio para bebidas, principalmente cervejas e refrigerantes, que respondem por 95% do mercado de bebidas em lata. A unidade ocupa área total de 120 mil metros quadrados, dos quais 42 mil de área construída. Conforme Dias, “as linhas de produção são bem flexíveis, o que torna possível produzir diferentes tipos de latas, de acordo com as necessidades de nossos clientes”.

Além de fatores de mercado e logísticos, o grupo contratou em 1º de agosto do ano passado Termo de Acordo de Regime Especial (Tare) com a Secretaria da Fazenda de Goiás, prevendo benefícios fiscais de até R\$ 783,17 milhões, equivalentes a 73% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) projetado para até 31 de dezembro de 2040. Em 30 de outubro, novo Tare autorizou a empresa a utilizar crédito outorgado do ICMS no valor de R\$ 11,0 milhões, condicionado a um investimento fixo de R\$ 270,0 milhões, segundo dados do portal Goiás Transparente, do governo estadual.

“Somos beneficiários do Programa Produzir, mas devido a razões estratégicas, assim como nossa política de governança corporativa, não é possível fornecer maiores detalhes. Entretanto, o Produzir foi um importante fator a favor da decisão para investirmos em Goiás”, limita-se a comentar o executivo.

O mercado brasileiro, retoma Dias, demanda um leque variado de tamanhos e formatos de latas e a empresa “precisa estar pronta para se adaptar às demandas dos clientes e do mercado, mantendo o alto nível de qualidade, com as mesmas inovações disponibilizadas para nossos clientes na Europa”. Com uma filosofia de produção enxuta, aplicada globalmente, ressalta Dias, o grupo “tem capacidade para tudo isso”. As operações globais da

Can-Pack, continua ele, “têm foco na produtividade e na melhoria da qualidade, aliadas ao controle e redução de custos. Temos sido bem-sucedidos globalmente, e com certeza também teremos sucesso no Brasil”. Dias acrescenta que a Can-Pack ocupa posição de liderança no mercado europeu na utilização de tintas e vernizes especiais, efeitos táteis, impressão de alta qualidade, entre outros recursos.

Mais crescimento em 2018

O diretor executivo da Can-Pack, Paulo Dias, está otimista em relação ao desempenho do mercado de bebidas neste ano, principalmente por fatores sazonais que tendem a influenciar as vendas ao longo do ano. Em 2017, lembra ele, o mercado de bebidas em lata no Brasil apresentou crescimento superior a 4,5% quando comparado a 2016, o que significou uma variação maior do que o modesto avanço de 1% registrado pelo Produto Interno Bruto (PIB).

“Esperamos significativo crescimento em 2018”, aposta ele. A previsão leva em conta não apenas uma expectativa de continuidade da reação esboçada no ano passado. “Vislumbramos sinais de que a recessão finalmente acabou”, diz ele, mas, acrescenta, além disso, “teremos a Copa do Mundo em junho e julho, quando tradicionalmente cresce o consumo de bebidas em lata”. Na avaliação de Dias, as eleições, que se realizam em outubro, “são outro fator que tipicamente motiva o consumo. Esses dois importantes eventos no ano terão efeito de sazonalidade no consumo de bebidas, com impacto positivo nos negócios da Can-Pack”, sustenta ainda.

Com fábricas de latas na Polônia, Holanda, Ucrânia, Rússia, Romê-

nia, Índia e Finlândia, no Reino Unido, Marrocos, Emirados Árabes e de outras embalagens na Espanha, França, Eslováquia, República Tcheca e no Egito, o grupo Can-Pack já investiu em torno de R\$ 1,0 bilhão no Brasil desde seu desembarque por aqui, no final de 2016, quando concluiu a compra da fabricante de latas de aço Companhia Metalic Nordeste, de Maracanaú, no Ceará, vendida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) por R\$ 372,5 milhões à vista, num acordo anunciado em agosto daquele ano.

A matriz brasileira do grupo está instalada na mesma cidade cearense, onde está localizada ainda a fábrica de tampas da Can-Pack no País. As três plantas, nos números de Dias, geram 500 empregos diretos. “A decisão de fazer um investimento tão grande no Brasil foi tomada após diversos estudos, com foco no crescimento sustentável a longo prazo”, comenta. Tomando como base o comportamento observado até o momento, a despeito da crise, “estamos otimistas que o Brasil logo será um dos maiores mercados nacionais para o Grupo Can-Pack, baseado no número de latas produzidas e vendidas.” ♦



● Paulo Dias, diretor executivo da Can-Pack Brasil: Copa do Mundo e as eleições de outubro devem manter em alta mercado de bebidas em lata

Nova planta industrial da Milhão Alimentos em Goianira: capacidade de produzir 18 mil toneladas/mês de derivados de milho, distribuídos para todo o Brasil e exportados para mais de 40 países



MILHO GOIANO, QUALIDADE GLOBAL

Com consultoria do Senai Goiás, nova fábrica da Milhão Alimentos conquista certificação internacional de gestão da segurança de seus produtos

Andelaide Lima
Fotos: Alex Malheiros

Empresa goiana especializada na industrialização de milho, a Milhão Alimentos buscou apoio do Senai para obter a certificação FSSC 22000 (Food Safety System Certification) – referência mundial em qualidade e segurança de alimentos –, para sua nova fábrica, inaugurada em dezembro, no município de Goianira, a 30 quilômetros de Goiânia.

A preparação para a certificação foi um trabalho desenvolvido em parceria entre o Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e a equipe do setor de qualidade da indústria.

“A consultoria abrangeu todas as etapas do processo, desde a elaboração de documentos à implementação da norma. A FSSC 22000 é considerada a mais completa e importante certificação voltada para segurança dos alimentos, ao garantir maior confiabilidade ao produto e abrir mercados”, explica a gerente de Qualidade da Milhão, Deuzely Aparecida.

Responsável pela consultoria, a analista de Serviços de Tecnologia e Inovação do IST Alimentos, Vilmara Franco, destaca que o planejamento estratégico e o envolvimento da indústria em todo processo foram fun- ▶

damentais para aprovação do sistema de qualidade e conquista da certificação. “O trabalho em equipe foi essencial para o desenvolvimento das ações. Isso mostra que quando a empresa é comprometida com a qualidade e busca parceiros eficientes, o resultado é sempre positivo”, avalia.

Para o diretor comercial da Milhão Alimentos, Leandro Carneiro, a certificação FSSC 22000 é um reconhecimento ao

avanço da indústria. “Comprova que temos um sistema robusto e eficaz de gerenciamento de segurança dos alimentos para atender aos mais exigentes requisitos dos órgãos reguladores globais. Nosso foco diário é levar cada dia mais qualidade e segurança para nossos clientes e consumidores, e continuar sendo referência no mercado nacional e mundial”, diz.



● **Luciano e Leandro Carneiro, irmãos e diretores da Milhão: foco em qualidade e segurança para consumidores**



● **Deuzely Aparecida, gerente de Qualidade da Milhão: consultoria do Senai abrangeu todas as etapas do processo para obtenção da norma FSSC 22000**

Sustentabilidade

A nova planta industrial da Milhão Alimentos ocupa uma área de aproximadamente 121 mil m² e tem capacidade de produzir 18 mil toneladas/mês. A moderna estrutura conta com três laboratórios de controle de qualidade para pesquisas e desenvolvimento de novos derivados de milho. O objetivo é ampliar o mix de produtos e buscar outros nichos de mercado. “Também focamos em sustentabilidade. O telhado da fábrica foi preparado para receber placa solar no futuro, temos sistema de captação de água pluvial para reaproveitamento na irrigação, a parte administrativa e fabril foi construída para aproveitar ao máximo a luz natural, todas as lâmpadas são de LED e o ar é 100% filtrado”, observa Luciano Carneiro, diretor industrial da empresa.

SOBRE A EMPRESA

Com 15 anos de atuação no mercado, a Milhão Alimentos é uma das maiores empresas de agronegócio do País, produz derivados de milho não transgênico e fornece insumos para as principais indústrias da área de alimentos do mundo, como Nestlé, Kellogg's, Danone e Pepsico. Mantém parceria comercial com produtores rurais aos quais oferece subsídios e financiamento para o custeio do plantio, da colheita e do armazenamento.

Os produtos são distribuídos para todo o Brasil e exportados para mais de 40 países. A indústria também está presente nas principais feiras nacionais e internacionais do setor. Em março, participou da Foodex, realizada em Tóquio, no Japão. Além de Goianira, a empresa tem unidades fabris em Inhumas e Goiânia. ◆





● **Novo ambiente escolar:** sala de aula no Sesi Senai Aparecida de Goiânia favorece interação, trabalho em equipe e contextualização

SALA DE AULA 4.0

Sesi e Senai Goiás largam na frente na implementação da nova Lei do Ensino Médio. Currículo organizado por áreas de conhecimento, itinerário de formação técnica e profissional focam mudanças no mundo do trabalho

Daniela Ribeiro
Fotos: Alex Malheiros

A quarta revolução industrial mobiliza empresas de todo o mundo na corrida contra o tempo para adaptar-se à chamada Indústria 4.0. A rápida automatização e o uso de dispositivos tecnológicos vão afetar o emprego de muita gente: um exército de 15,7 milhões de trabalhadores, segundo estimativa da consultoria americana McKinsey, líder mundial no mercado. A necessidade de mão de obra cada vez mais qualificada é um dos motivos que irá contribuir para esse cenário. Instituições de vanguarda, o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) há tempos investem em métodos e serviços que

inserem a indústria nesse conceito. O primeiro, ao implantar, em 2013, o programa Escola Sesi para o Mundo do Trabalho, destinado a transformar a maneira de ensinar, simultaneamente à adoção da disciplina robótica em todas as escolas da instituição. O Senai Goiás consolidou a implantação dos Institutos de Tecnologia em Automação e Alimentos e Bebidas, que estrearam com destaque nacional na execução do programa Brasil + Produtivo, do governo federal.

Agora, com a implementação do novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017) pelo Ministério da Educação, as duas instituições do Sistema Fieg saem na frente e tornam-se pio- ▶

● **Sérgio Gotti, gerente-executivo do Sesi Nacional, um dos responsáveis pela implantação da experiência pedagógica: “Queremos estimular também a inovação e o empreendedorismo. Nosso aluno pode ir para indústria, mas também pode ser empreendedor”**



“ESTAMOS PREPARANDO ESSE JOVEM PARA UM FUTURO EM VÁRIAS PROFISSÕES.”

ADAIR PRATEADO, diretor da Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia, sobre a experiência pioneira do novo ensino médio no Estado

neiras na experiência pedagógica, testada na Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia desde janeiro. Outros quatro Estados – Espírito Santo, Bahia, Ceará e Alagoas – também já iniciaram o projeto. Ao todo, 220 alunos, 38 deles em Goiás, serão envolvidos no projeto piloto que, ao longo de três anos, formará jovens na área de eletrotécnica. A proposta prevê um currículo de formação geral organizado por quatro áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas), com o itinerário de formação técnica e profissional, que contempla a iniciação para o mundo do trabalho na indústria.

Profissões que ainda não existem

– No primeiro ano, o currículo prevê uma formação geral para que possa abranger os cinco itinerários previstos na Lei do Ensino Médio, com peso maior nas competências e habilidades de educação básica: “São 800 horas destinadas a linguagens, ciências da natureza, matemática e ciências humanas. As demais 200 horas, de forma bem inovadora, foram concebidas com o intuito de preparar o aluno para as escolhas que vêm pela frente, no leque dos cinco itinerários

formativos”, explica, em entrevista ao Portal da Indústria, Sérgio Gotti, gerente-executivo do Sesi e um dos responsáveis pela implantação da experiência pedagógica. No segundo ano, o aluno irá conhecer o mundo do trabalho propriamente dito, o que está acontecendo no mundo, o que o mercado precisa como profissão, inclusive aquelas que ainda não existem, que serão necessárias para a Indústria 4.0. “Queremos estimular também a inovação e o empreendedorismo. Nosso aluno pode ir para indústria, mas também pode ser empreendedor. Outro tema é raciocínio lógico e lógica de programação. Não adianta você pensar que não gosta de cálculo, de números. A lógica, que vem inclusive da Filosofia, é o definidor de absolutamente tudo o que você faz hoje em dia profissionalmente.”

Abismo entre conteúdo e prática

Para a coordenadora de Recursos Humanos da Zuppani Industrial, Cláudia Dantas, no atual modelo de educação existe uma grande distância entre conteúdo programático e prática. “Atualmente, o aluno não é levado a pensar. Ele apenas decora teorias e conceitos que não se apli-



“O PERFIL DO FUNCIONÁRIO QUE SÓ FAZ UMA ATIVIDADE NÃO EXISTE MAIS.”

CLÁUDIA DANTAS, coordenadora de Recursos Humanos da Zuppani Industrial

cam ao dia a dia. Hoje o mercado, independente da função, exige profissionais cada vez mais dinâmicos, com bom raciocínio, senso crítico e, principalmente, proativos”, afirma. A coordenadora da indústria de produtos de limpeza, instalada em Aparecida de Goiânia, ressalta que as empresas precisam de profissionais que detectem o problema e apresentem soluções de forma rápida e eficiente. “O perfil do funcionário que só faz uma atividade não existe mais. Costumo usar o exemplo da telefonista: antigamente era uma pessoa que recebia e fazia ligações telefônicas. Hoje, na grande maioria das vezes, ela faz o papel de secretária e recepcionista.”

Diretor da Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia, Adair Prateado, também acredita que a atual forma de educar está defasada. “Hoje o que o aluno aprende no ensino médio logo depois do Enem ele não sabe mais nada do conteúdo. Ele não consegue interpretar texto, não sabe fazer uma conta básica na faculdade”, diz. Prateado afirma que o objetivo do projeto implantado em Aparecida é fazer com que a educação tenha um significado na vida dos estudantes. “Com o que estamos propondo aqui, os estudantes sairão capazes de se relacionar melhor, ter

capacidade de comunicação, trabalhar em equipe. Estamos preparando esse jovem para um futuro em várias profissões.”

Tabletes e celulares; pufe no lugar de carteiras

O espaço da sala de aula do novo ensino médio, implantado em Aparecida de Goiânia, não possui as tradicionais carteiras enfileiradas, e sim mesas redondas para que os alunos possam sentar frente a frente e em grupos. Em suas mãos, tabletes e celulares com acesso a rede de internet sem fio. No canto da sala, puffes estrategicamente colocados ao lado de revistas e jornais do dia. O tradicional quadro até está na parede, mas na maioria das aulas é substituído pelo retroprojetor. Longe da realidade do ensino tradicional, que registrou evasão escolar de 11% nos anos de 2014 e 2015, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a experiência pedagógica tem motivado e engajado os estudantes.

Desde o início das aulas, o número de faltas é baixo. A professora de linguagens Andreia Damasceno conta que os pais dos alunos relatam que os filhos nunca estiveram tão interessados em alguma coisa. ►



“ESSA EXPERIÊNCIA ESTÁ FAZENDO COM QUE DEIXEMOS ANTIGAS PRÁTICAS.”

ANDREIA DAMASCENO, professora de linguagens



“Estamos experimentando algo inovador. Essa experiência está fazendo com que deixemos antigas práticas. Chegar à sala de aula e colocar o aluno para fazer, pesquisar e apresentar é bem diferente e está sendo positivo para todos os lados.”

A aluna Ana Júlia Pereira dos Santos, de 14 anos, diz que está mais motivada a estudar. “Eu consigo aprender melhor com essa metodologia. Antes a preocupação era só de copiar o que estava no quadro e não dava muita vontade de estudar. Além disso, os professores são mais comunicativos e sinto que eles estão muito mais próximos da gente. Acho que vou sair daqui mais preparada para o mundo”, avalia.

O espaço físico diferenciado é um dos pontos altos do projeto, segundo a aluna Bárbara de Sousa, de 15 anos. “A sala de aula permite que tenhamos mais interação com os professores e alunos”, observa. A experiência de Bárbara na escola já refletiu em casa. “Mesmo tendo apenas um mês de aula, minha família já notou que estou me comunicando melhor. Tenho usado as palavras de maneira mais correta”, revela.

Para conseguir uma das vagas ofe-

recidas gratuitamente na experiência pedagógica, Douglas Gabriel de Oliveira, de 14 anos, precisou dormir na porta da escola. “Eu estudava em uma escola pública e estava precisando de um local melhor para fazer o ensino médio. Estou achando a experiência incrível e tem valido muito a pena”, diz.

O valor do trabalho em equipe –

Por meio da introdução para o mundo do trabalho, o professor Pedro Fagundes é o responsável pelo primeiro contato dos alunos com a parte profissionalizante. Para ele, quando os alunos, participantes da turma piloto, chegarem a uma empresa saberão como se portar no ambiente corporativo. “As pessoas são contratadas pelas competências técnicas e demitidas pelas incompetências emocionais, pois têm dificuldade para trabalhar em equipe. Com a metodologia que trabalhamos aqui, eles sairão da sala de aula prontos.”

Glenda Rafaela Gonçalves, de 14 anos, já comemora os resultados do trabalho em equipe. “Tenho aprendido a me relacionar com pessoas diferentes, já que trabalhamos

● **Bárbara, Ana Júlia e Douglas Gabriel:** interação entre professores e alunos e mais motivação para estudar

muito em grupos. O professor mistura a turma em toda a aula. Dessa forma, nunca trabalhamos com as mesmas pessoas”, conta.

Fábio Inácio, professor de ciências da natureza, explica que o trabalho em grupo é um grande ganho, pois faz com que os estudantes aprendam a respeitar opiniões contrárias. “A sociedade não é feita apenas de formação teórica e sim por pessoas. Nesse novo formato, eu consigo trabalhar um discurso mais humanitário, com respeito às diferenças e crenças na sala de aula”, ressalta. ◆



“A SOCIEDADE NÃO É FEITA APENAS DE FORMAÇÃO TEÓRICA E SIM POR PESSOAS.”

FÁBIO INÁCIO, professor de ciências da natureza



9001:2008

CONTAGEM REGRESSIVA RUMO À NOVA ISO



Ilustrações: Jorge Del Bianco e Shutterstock

Empresas têm até setembro para se adequarem com as mudanças da ISO 9001:2008 para a ISO 9001:2015. O IEL oferece curso para que as organizações procedam com a transição da melhor forma possível

Célia Oliveira

“As empresas que ainda não se adequaram devem planejar a atualização para não perder tudo o que já foi conquistado”. O alerta, feito pela assistente de Controle de Qualidade da Cristal Alimentos, Letícia Ferreira, serve para todas as organizações empresariais com Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) baseados na norma ISO 9001:2008 e que têm até setembro para fazer a migração para a ISO 9001:2015.

Letícia participou do curso Atualização da NBR ISO 9001:2015, oferecido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás). Marca tradicional em Goiás, onde começou sua história ainda na década de 50, a Cristal Alimentos opera desde o início do ano 2000 ▶

“JÁ PASSAMOS POR DUAS REVISÕES DA NORMA, AGORA VAMOS DISSEMINAR AS INFORMAÇÕES E SUGERIR O CURSO DO IEL PARA A ALTA DIREÇÃO.”

LETÍCIA FERREIRA, assistente de Controle de Qualidade/Cristal Alimentos

em Aparecida de Goiânia e obteve, três anos depois, sua primeira certificação, em conformidade com a norma, passando por todas as revisões já apresentadas. Segundo ela, as mudanças vieram para melhorar toda a condução e manutenção do SGQ, ao unir a liderança com a equipe. “Ela traz tranquilidade para que o processo ocorra de forma harmoniosa”, diz.

A nova versão, que ela considera mais dinâmica e prática, busca manter a norma sempre relevante e atualizada com as novas exigências do mercado, dos clientes e das partes interessadas.

Alinhamento com o mercado

A norma ISO 9001:2015 define os requisitos para garantir padrões de qualidade, com objetivo de buscar a satisfação dos clientes e a melhoria contínua do desempenho das empresas. O processo de transição considera a manutenção do certificado, a validade e o prazo para implementação dos novos requisitos.

“O momento é oportuno para tomar contato com as alterações e novas exigências, capacitar colaboradores envolvidos na implantação e/ou manutenção do SGQ e para compreender os novos requisitos da versão da norma”, observa a consultora do IEL Goiás, Alessandra Erika Costa, reiterando que o prazo para a transição vence em setembro. “Após esse período, os certificados emitidos na versão anterior (ISO 9001:2008) não serão válidos, acarretando novo ônus às empresas, que terão de recomençar todo o processo para nova certificação.”

De acordo com ela, as organizações que ainda não adequaram os sistemas de gestão e que pretendam manter a certificação devem iniciar o mais rápido possível o projeto de atualização.

Revisada a cada cinco anos, a norma segue esse ciclo para melhorar a capacidade da empresa em atender clientes e garantir adaptações adequadas às mudanças

no ambiente mais exigente, dinâmico e complexo em que as organizações operam.

A consultora do IEL acrescenta que a norma traz importantes alterações quanto ao planejamento para mudanças nos processos, à avaliação dos riscos que podem levar um processo/sistema a não atingir o objetivo e à análise do cenário da empresa. Alessandra lembra ainda que o processo traz benefícios para a empresa em relação ao mercado consumidor.

O compasso da norma com a atualidade das empresas leva em conta a realidade mercadológica, um campo composto por desafios e novas direções aos negócios corporativos, expectativas dos clientes, informação, comunicação, integração, etc.

“A norma revisada providencia um conjunto estável de requisitos para os próximos anos e isso abrange as empresas que já têm o SGQ ou estão buscando a primeira certificação”, completa.

Conjugação

Em meio à contagem regressiva para atualização da norma, a WPA Gestão, de Goiânia, que atua em administração de cotas imobiliárias, conquista sua primeira certificação já com base na ISO 9001:2015. O desafio é criar a cultura da qualidade na empresa, que tem dois anos de fundação, de acordo com a analista de Qualidade, Mariana Araújo.

“AS VALIDAÇÕES DA NORMA A CADA CINCO ANOS SE JUSTIFICAM PELA CONSTANTE EVOLUÇÃO DO PANORAMA DE MERCADO, QUE TRAZ MODERNIZAÇÕES PRA A ROTINA DOS NEGÓCIOS.”

ALESSANDRA ERIKA COSTA,
consultora do IEL Goiás



Célio Oliveira

“O MAIOR BENEFÍCIO DA NOVA NORMA É O MAIOR ENVOLVIMENTO DA ALTA DIREÇÃO COM O SISTEMA, FAVORECENDO A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA CULTURA DA QUALIDADE.”

MARIANA ARAÚJO, analista de
Qualidade/WPA Gestão



Alex Matheiros

“Com o crescimento das operações, logo após o início das atividades, vimos a necessidade de padronizar os processos a fim de impedir um crescimento desordenado”, explica. Com o SGQ recém-nascido depois de consultorias do IEL e alinhado com a nova versão da norma, a empresa almeja, além de satisfazer as necessidades das partes interessadas, interna e externa,

reduzir desperdícios de recursos, como tempo de execução de atividades, produtividade e equipamentos.

Com a certificação adequada, a intenção da WPA Gestão é também aumentar a confiança do cliente e na capacidade da empresa em fornecer serviços em consonância com a atualidade. “Com isso, o desempenho da organização será elevado

e, conseqüentemente, haverá mais competitividade”, considera.

Conforme Mariana Araújo, de forma geral, o principal benefício da norma é auxiliar na manutenção de uma empresa com capacidade em atender aos objetivos de longo prazo, de forma sustentável, com eficiência e eficácia em todos os processos.

AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA NBR ISO 9001:2015

- ▶ Liderança
- ▶ Mentalidade de risco
- ▶ Foco nas partes interessadas
- ▶ Contexto da organização
- ▶ Adoção de uma estrutura de alto nível
- ▶ Abordagem integrada
- ▶ Ênfase nos processos terceirizados

OS BENEFÍCIOS DA NBR ISO 9001:2015

Empresa:

- ▶ Diferencial competitivo
- ▶ Avaliação e mensuração dos resultados
- ▶ Melhoria da capacidade em aumentar a satisfação do cliente

Mercado consumidor:

- ▶ Melhoria da credibilidade e imagem da organização
- ▶ Garantia de que suas necessidades e expectativas são identificadas e atendidas
- ▶ Garantia de que o produto ou serviço foi executado sob condições controladas



PASSOS PARA A TRANSIÇÃO

- ▶ Adquira familiaridade com o novo documento
- ▶ Localize eventuais falhas em sua empresa que precisam ser corrigidas para se adequar aos novos requisitos
- ▶ Elabore um plano de implementação
- ▶ Busque, por meio de treinamentos e sensibilização, o envolvimento da direção, dos colaboradores e todos que tenham responsabilidade mais direta na eficácia da organização
- ▶ Atualize o SGQ para atender aos novos requisitos revistos
- ▶ Caso já possua certificação na norma, contate o organismo de certificação sobre a transição para a nova versão.



CURSOS

Até agosto, o IEL Goiás abrirá turmas de curso de acordo com a nova norma, nos seguintes períodos:

Curso

- ▶ De 16 a 18 de maio, Interpretação e Auditoria Interna da Qualidade NBR ISO 9001:2015
- ▶ De 1º a 03 de agosto, Interpretação e Auditoria Interna da Qualidade NBR ISO 9001:2015

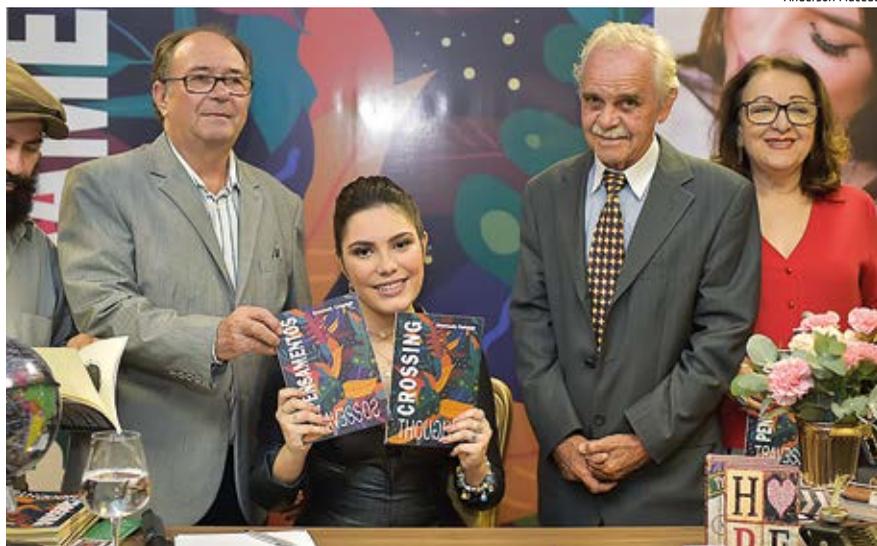
Contatos (62) 3257-6525/6522

Saiba mais no site www.ielgo.com.br



● **ESTREIA LITERÁRIA** - Vice-presidente da Fieg, o empresário Antônio Almeida (Kelps Editora), recentemente eleito para a Academia Goianiense de Letras, prestigiou a estreia na literatura da estudante Emanuely Camargo, de 17 anos. A jovem lançou, pela Kelps, seu primeiro livro, **Pensamentos Travessos**, de crônicas, na livraria Leitura do Goiânia Shopping. Filha dos empresários Emanuel Camargo e Glauce Godoi, a autora é sobrinha do cantor Zezé di Camargo.

● **Antônio Almeida, Emanuely, Gabriel Nascente**, escritor, e **Lêda Selma**, escritora e presidente da Academia Goiana de Letras



Anderson Macedo

Marcos Cardoso



● **JOIA GOIANA** - A designer Anna Prata abriu sua indústria de acessórios e semi-joias há dois anos e já tem clientela fiel Brasil afora e no exterior. Arquiteta por formação, de seu ateliê no Setor Sul, em Goiânia, saem produtos diversificados, como brincos, braceletes, anéis e colares. Em destaque a nova coleção de peças artesanais feitas à mão e folheadas a ouro, prata, ródio e terracota.

● **MODA E MÚSICA** - Fã das cantoras Maiara e Maraisa, o empresário de moda Magdal Bezerra contratou a dupla como grande atração do CMB Fashion 2018, que movimentou sua galeria no Setor Marista, em Goiânia, dias 21 e 22 de março. Neste ano, o evento tradicional, que reúne compradores atacadistas de todo o Brasil, contou com desfiles de mais de 70 confecções goianas e um público estimado diário de mil pessoas, incluindo um grupo de 40 clientes atacadistas do Chile.



Alex Malheiros



● **COMPETÊNCIAS** - Ex-diretor de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai Goiás, o professor Manoel Pereira da Costa lançou dia 16 de março o livro **Educação e Trabalho: Uma Questão de Competências**. O evento, na Fatec Senai Ítalo Bologna, em Goiânia, foi prestigiado por diretores e gerentes da instituição, representantes do Conselho Estadual de Educação (CEE) e pelos deputados estaduais Charles Bento, Virmondés Cruvinel e Luis Cesar Bueno, ex-aluno do Senai (na foto, com o autor).

● **ARTE E INDÚSTRIA** - O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e o diretor de Operações do Sesi Nacional, Paulo Mól, conhecem a obra do escultor cearense Sérvulo Esmeraldo, morto em 2017, ao lado da viúva, Dodora Guimarães, na abertura, em Goiânia, da 6ª edição do Prêmio CNI Sesi Senai Marcantônio Vilaça. O artista é homenageado com a exposição A Intenção e o Gesto – Projeto Arte e Indústria. A mostra coletiva fica em cartaz até 29 de abril, no Museu de Arte Contemporânea de Goiás (MAC), no Centro Cultural Oscar Niemeyer, com entrada franca.

Alex Malheiros



● **MÁRMORE E GRANITO** - Os empresários Carlos Queiroz e Viviane Gusmão (Marmorarte) correm contra o tempo para coordenar o lançamento de sua indústria na Casacor Goiás 2018, de 3 de maio a 13 de junho, no Órion Business & Health Complex. No evento anual, que chega à 22ª edição, o casal vai demonstrar produtos vedetes em ambientes, como o Terraço, assinado pela arquiteta Patrícia Neto, com paredes de granito azuriti, pedra exótica azulada e esverdeada, e granito castelo escovado para pisos de áreas externas.



● Viviane Gusmão e Patrícia Neto, da Marmorarte: rumo à Casacor Goiás 2018

● **OUTONO-INVERNO** - *Silvia Umbelino* (foto) e a filha *Mayara* abriram o showroom da *Manga Rosa*, indústria de confecção delas, no Setor Sul, dia 14 de março, para apresentar a coleção *Arful Blooms*, com criações femininas que surgem dominadas por tendências do outono-inverno, como tons rosa, nudes florais, além de recortes estratégicos.

Andre Cywinski



● **MARCOS** - O empresário *Jamil Inácio de Carvalho* comemora o sucesso de sua fábrica de marcos de concreto, utilizados para demarcação de áreas urbanas e rurais. Instalada há menos de dois anos, no Setor Maria Dilce, Morro do Além, região Noroeste da capital, a indústria *JC Marcos* investe em inovação e tecnologia, seu diferencial no mercado.

● **TECO, AMIGO DA CULTURA** - O diretor do Teatro Sesi, *Nilton Faleiro* (Teco) recebeu, na Câmara de Goiânia, homenagem na Sessão Especial Amigos da Cultura, dia 27 de fevereiro. A iniciativa, da vereadora *Dra. Cristina Lopes Afonso* (com ele, na foto), distinguiu pessoas mais atuantes no meio cultural da capital.

Alex Malheiros



● **COMÉRCIO EXTERIOR** - Presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fieg, o empresário *Emilio Bittar* (Coming) apresentou como case de sucesso, durante evento recente em Goiânia, sua trajetória no campo da exportação, iniciada em 1993. Ele contou que, depois de enfrentar crises em 2016 e 2017, sua empresa *Goiás Handering S/A*, que fabrica farinha de carne e osso (sebo bovino), matéria-prima para fabricação de ração para pet e aves, acaba de fechar seu primeiro contrato de exportação, no valor de 3 milhões de dólares, com grupo de Bangladesh (Índia).

Alex Malheiros



● **MULHER NA TRILHA** - A indústria goiana *GSA* marcou presença, distribuindo seu *Refreshant*, na quarta edição do Dia da Mulher na Trilha, passeio ciclístico realizado em 18 de março, com saída do Ranchos 30, em Hidrolândia. Fundada em 1984, por *Nestore Scodro*, a *GSA* é administrada há 15 anos por *Sandro Marques Scodro*.

CTRT

PARCERIAS ENTRE PATRÕES E TRABALHADORES - Novo presidente do Sinduscon Goiás, o empresário Eduardo Bilemjian Filho foi empossado dia 22 de março para comandar o Conselho Temático de Relações do Trabalho (CTRT) da Fieg, em substituição a Olympio José Abrão, no posto nos últimos três anos, quando participou da mobilização pela aprovação no Congresso da reforma trabalhista, que considerou avanço nas relações entre empregadores e empregados. "Soldado não pode fugir da guerra", disse Bilemjian, ao assumir a missão, durante reunião da diretoria da Fieg, prometendo lutar pela consolidação de parcerias entre as categorias, combatendo "hábitos culturais arraigados". Patrícia Barbosa Oliveira, da Fieg Regional Anápolis, também foi empossada como nova integrante do conselho.

Alex Matheiros

**ASSOCIAÇÃO**

82 ANOS DA ACIA - Uma das entidades classistas mais antigas em atividade no País, Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) comemorou 82 anos de sua fundação. Os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Pedro Alves de Oliveira, e da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, participaram do evento (foto), em que foi inaugurado o espaço Acia Empresarial e comemorado o Dia do Empresário, conforme previsto em lei municipal. De acordo com Wilson de Oliveira, cinco dos seis Sindicatos das Indústrias abrigados na Fieg Regional Anápolis nasceram dentro da Acia.



Claudius Brito

SIFAEG

RENOVABIO - A implementação da Política Nacional de Biocombustíveis, criada com a regulamentação da Lei 13.576/2017, sancionada no final do ano passado, foi discutida no seminário RenovaBio- Próximos Passos, promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pela Empresa Brasileira de Política Energética (EPE), na FGV Energia, no Rio de Janeiro, no dia 1º de fevereiro. A Fieg foi representada pelo vice-presidente Wilson de Oliveira e pelo diretor financeiro, André Luiz Baptista Lins Rocha, também presidente executivo do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeg).

SINDALIMENTOS**CAFÉ COM AUTORIDADE**

O Café com Autoridade, realizado pela Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), em Brasília, teve como convidado em fevereiro o ministro chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun. Segundo o presidente do SindAlimentos, Wilson de Oliveira, que participou do evento, a Abrig tem reunido autoridades do Executivo e do Legislativo, com objetivo de debater o Projeto de Lei 1202/07, que regulamenta o lobby, de autoria do deputado Carlos Zerattini (PT-SP). No final de janeiro, o convidado da entidade foi o presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

SIGEGO**TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO**

Com apoio do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego), a Associação Brasileira das Indústrias de Etiquetas Adesivas (Abiea) realizou em fevereiro, em Goiânia, mais uma edição de seu Road Show, destinado a capacitar diretores, gerentes, operadores de máquinas, arte-finalistas e outros profissionais do setor. Numa programação intensiva, foram oferecidos cursos e treinamento técnico em flexografia banda estreita, formação de preços e gestão de custos, gerenciamento e desenvolvimento de cores especiais, entre outros temas.

SINDICER/GO**CONVENÇÃO COLETIVA**

O Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicar/GO) promoveu duas rodadas de negociações do Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2017-2018. Na primeira etapa, foram recebidos representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Cerâmicas para Construção dos Estados de Goiás e Tocantins (Sticc GO/TO) e, na segunda, as representações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Goiânia (Sintracom) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Itumbiara (Sticomit). Em ambos os encontros, o presidente do Sindicar/GO, Laerte Simão, e o diretor financeiro da entidade, Itair Nunes de Lima Júnior, expuseram a necessidade de as entidades patronais e laborais trabalharem em maior sintonia, diante o cenário de dificuldades que o País e o setor atravessam.

FIGG Jovem**RECONHECIMENTO DA CÂMARA**

Thais Santos (direita) e Marcela Oliveira, presidente e conselheira da Fieg Jovem, respectivamente, receberam homenagem concedida pela Câmara de Goiânia a empreendedores e jovens empresários. "São eles que têm transformado o Brasil", disse o vereador Delegado Eduardo Prado, autor da iniciativa.

Alex Malheiros

**SINDQUÍMICA**

CONQUISTA SINDICAL - Em mais uma conquista, o Sindquímica celebra a publicação da portaria nº 006/2018, que define novos prazos de validade para alvarás sanitários. Desde janeiro, os alvarás passaram a ter validade de um a cinco anos, segundo o grau de risco das empresas, atendendo a reivindicação do sindicato. "Tivemos um grande avanço na vigilância sanitária de Aparecida de Goiânia", afirma Jair José de Alcântara, presidente do Sindquímica e diretor do Arranjo Produtivo Local de Cosméticos.

FRENTE PARLAMENTAR - O presidente e o vice do Sindquímica, respectivamente Jair Alcântara e Jaime Canedo, participaram em Brasília de encontro da Frente Parlamentar das Micros e Pequenas Empresas, destinado a analisar e tentar reverter o veto do presidente Michel Temer ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), também conhecido como "novo Refis".

PARCERIAS - O presidente do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fieg (Compem) e vice do Sindquímica, Jaime Canedo, o presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC-GO), Rangel Francisco Pinto, e representantes do Sebrae Goiás reuniram-se (foto) para estabelecer parceria destinada a promover a gestão e a qualificação de empresas participantes do Simples. Além disso, foi decidida a implantação do Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC), sob coordenação da Fieg, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

FIEG ANÁPOLIS

NOVA SEDE HOMENAGEIA CAP. WALDYR - Os presidentes da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e da Fieg Anápolis, Wilson de Oliveira, e o diretor regional do Senai Goiás, Paulo Vargas, oficializam o recebimento da escritura (foto) do terreno onde será construída a sede da Regional, que abrigará também os seis sindicatos de indústrias com base no município. Com os projetos prontos para dar entrada na prefeitura de Anápolis, o Sistema Fieg prepara a licitação da obra, que tem previsão de conclusão para setembro. Com localização estratégica, no Centro de Anápolis, a nova sede será denominada Edifício Waldyr O'Dwyer, em homenagem ao capitão do Exército, integrante da Força Expedicionária Brasileira, hoje centenário pioneiro da indústria goiana.

Anderson Gonçalves Evangelista Júnior



PARCEIRA REFORÇADA - A nova diretora da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, professora Misclay Marjorie Correia da Silva, foi apresentada aos presidentes dos sindicatos das indústrias, durante reunião na Fieg Regional Anápolis. A diretora ressaltou que pretende trabalhar em sintonia com os sindicatos para o atendimento às demandas de cada setor. O encontro contou com presença do diretor regional do Senai, Paulo Vargas.

QUALIFICAÇÃO, O FOCO - A Fieg Regional Anápolis recebeu visita do novo diretor de Trabalho, Emprego e Renda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Agricultura, Leandro Garcia. O objetivo, segundo o presidente, Wilson de Oliveira, foi reforçar a parceria entre a Prefeitura e o Sistema Fieg, especialmente em ações que visem à formação e qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, além de resgatar a operação plena dos três núcleos Sesi e Senai criados em Anápolis. O diretor antecipou que o município se prepara para ofertar, neste primeiro semestre, 500 vagas no programa Qualifica Brasil, do governo federal

FÓRUM EMPRESARIAL

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO - O Fórum Empresarial de Anápolis reuniu-se com o prefeito Roberto Naves, tendo como tema principal em pauta o financiamento, via Caixa Econômica Federal, para investimentos em saneamento básico no município e a discussão sobre a elaboração de um novo contrato com a Saneago. Participaram do encontro os presidentes da Fieg Regional Anápolis e do SindAlimentos, Wilson de Oliveira, do Sinduscon Anápolis, Anastácios Apostolos Dagios; das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva), Jair Rizzi; das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea), Robson Peixoto Braga; e das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO), Laerte Simão.

ANÁPOLIS REFORÇA SISTEMA

Um investimento de R\$ 6,3 milhões, a transposição de água do Ribeirão Capivari para o Sistema Piancó foi inaugurada no dia 19 de fevereiro. A obra vai aumentar em 180 litros por segundo a vazão no Piancó, a fim de se evitar que haja desabastecimento durante os períodos de estiagem. O evento contou com presença do ministro das Cidades, Alexandre Baldy; do governador Marconi Perillo e do vice-governador, José Eliton; do prefeito Roberto Naves e seu vice, Márcio Cândido; do presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhio; do presidente da Saneago, Jalles Fontoura, além de várias outras lideranças políticas e classistas. A Fieg foi representada pelo vice-presidente Wilson de Oliveira.

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás
Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás
Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás
Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana

SIAGE

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax: (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDCURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindcurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sindleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Hélio Naves
simeigo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simeigo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás
Presidente: Jair José de Alcântara
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmouveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás
Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Bilemjan Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás
Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SINDUSCON ANÁPOLIS

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
www.sindusconanapolisgo.com.br

SINDICER-GO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente eleito: Alexandre Baldy
Presidente em exercício: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

ead

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

SENAI



Tecnologia de ponta para aprender onde estiver, na hora que puder.

Cursos nas áreas de Alimentos, Automação Industrial, Elétrica, Eletroeletrônica, Mecânica, Segurança do Trabalho e outras.

Inscreva-se: www.senaigo.com.br/ead

Informações
Goiânia: 4002 6213
Demais localidades: 0800 642 1313

IEL PROMOVE:

MBA EM LIDERANÇA PARA INOVAÇÃO

Início: 25/05/18

Desenvolva competências para impulsionar sua liderança inovadora e enfrentar os desafios do seu negócio!



PÚBLICO-ALVO

Profissionais com um perfil dinâmico e inovador, interessados em adquirir conhecimentos e atualização nos temas inerentes à gestão, liderança e inovação.

INVESTIMENTO

PARCELAS DE **R\$ 590,00**

[Saiba mais em www.ielgo.com.br]

 (62) 9 9980-2407

